

GUIA DE ESTUDOS

Projeto Cenários

**CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES
UNIDAS**

PROJETO CENÁRIOS

**TEMA: Segurança Internacional e as Revoluções
Contemporâneas**



PUC-SP

Abril de 2012

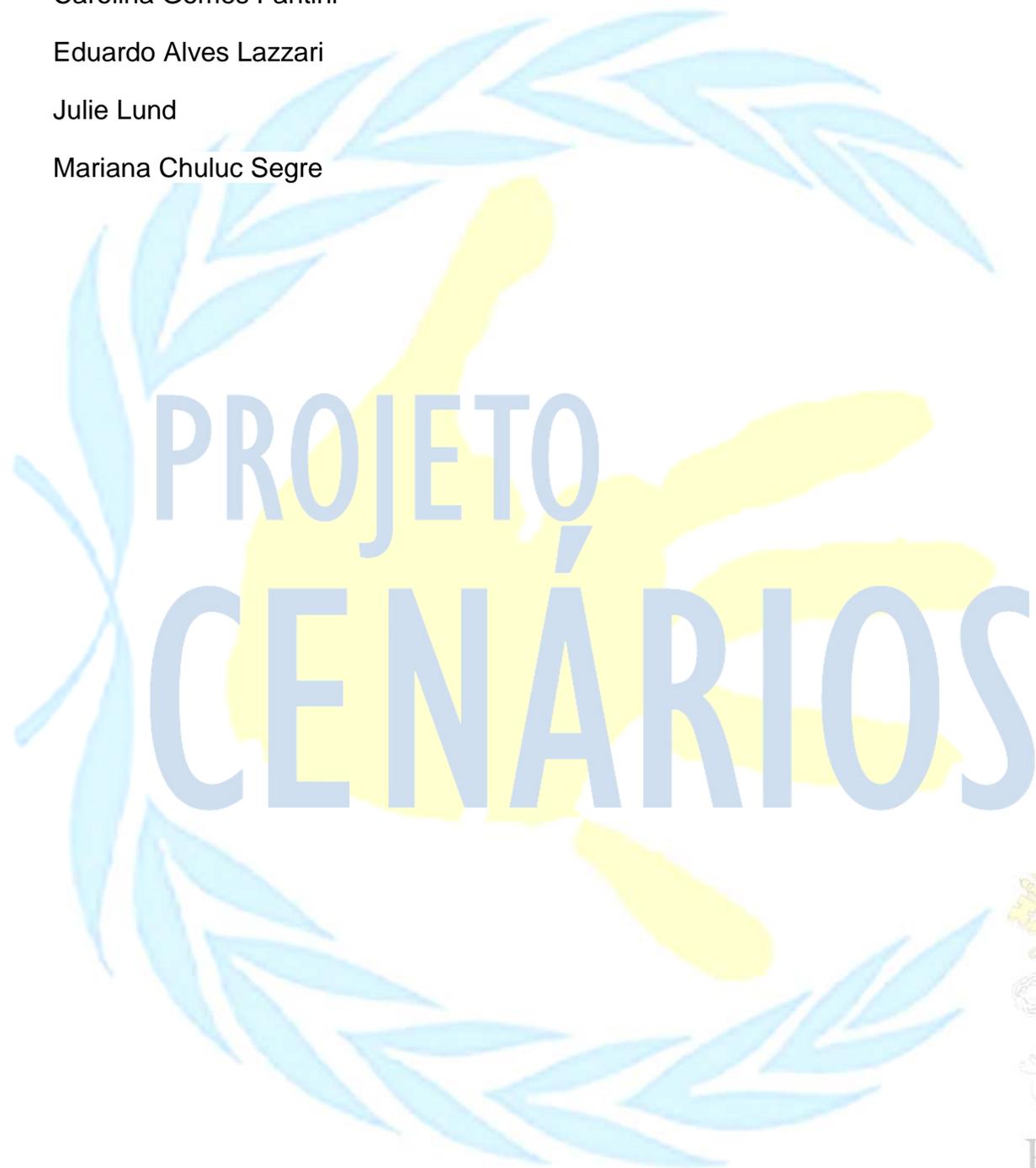
Diretores

Carolina Gomes Fantini

Eduardo Alves Lazzari

Julie Lund

Mariana Chuluc Segre



ÍNDICE

PARTE I – Os debates teóricos e o papel do Conselho de Segurança

- 1- Apresentação do debate teórico acerca da segurança internacional: o primeiro grande debate _____ 5
- 2- A Criação do Conselho de Segurança no Contexto do Pós-Guerra _____ 8
- 3- O Conselho de Segurança na Atualidade: novos debates, novos cenários e novos desafios _____ 10

PARTE II – Contexto Histórico

- 1- Tunísia _____ 16
- 2- Argélia _____ 17
- 3- Egito _____ 23
- 4- Síria _____ 25

PARTE III – Problematização da Questão

- 1- Características Gerais das Revoltas _____ 28
- 2- Similaridades _____ 34
 - 2.1 – Âmbito Econômico _____ 35
 - 2.2 – Âmbito Político _____ 35
 - 2.3 – Âmbito Social _____ 37
- 3- Conseqüências: Ameaças à Segurança Internacional _____ 38
 - 3.1 – Migração _____ 39
 - 3.2 – Regimes Fundamentalistas _____ 41
 - 3.3 – Questões Econômicas: Fornecimento de Petróleo _____ 43
- 4- Contradições do Conselho de Segurança _____ 44



PARTE IV - Posicionamento e Decisões da Comunidade Internacional

1- Preocupações e Pontos de Atenção na Região _____ 45

2- Posicionamento do Conselho de Segurança _____ 48

3- Posicionamento de Outros Organismos
e Arranjos Internacionais _____ 51

PARTE V – Sessão Especial _____ 55

PARTE VI – Referências Bibliográficas _____ 56

PROJETO CENÁRIOS



PARTE I

1- Apresentação do debate teórico acerca da segurança internacional: o primeiro grande debate

Para prosseguirmos no desenvolvimento da questão da segurança no continente africano devemos olhar primeiramente para o significado de tal conceito no âmbito da disciplina de Relações Internacionais. Para tanto, apresentaremos, brevemente, o primeiro grande debate da disciplina, que tem como objeto central a questão da segurança e que, além disso, possui influências diretas na construção da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Conselho de Segurança.

Podemos dizer que o conceito de segurança, no que diz respeito à disciplina de Relações Internacionais, tem sua origem na Europa e nasce concomitantemente com a noção de Estado, que por sua vez nasce como resultado da Paz de Westfália. O nascimento da noção de soberania estatal tem como consequência a constituição de Estados que, imersos em um sistema anárquico, visam preservar a sua sobrevivência e segurança através do equilíbrio de poder. Vemos que tal equilíbrio é reflexo do próprio sistema, que é, por sua vez, um conjunto de unidades, os Estados.

O Concerto Europeu, consequência do Congresso de Viena de 1815, tinha como objetivo principal a manutenção de um equilíbrio que havia sido rompido com as guerras napoleônicas. Assim, tem-se que os Estados, uma vez inseridos num sistema anárquico sempre visam à auto-preservação, em outras palavras, têm como principal objetivo a sua própria sobrevivência.

Tal realidade descrita acima fica evidente no processo que culminou no Congresso de Viena e no Concerto Europeu. Esse momento pode, enfim, ser considerado o aquele em que se inaugura o conceito de segurança internacional tal qual é entendido pela escola realista das Relações Internacionais. Tal concepção do tema desempenhou papel fundamental na



construção da segurança como objeto de estudo disciplina e segue tendo importância paradigmática no debate contemporâneo sobre o tema.

No decorrer do século XIX, o Concerto se mostrava como algo paliativo, resultado de uma percepção ainda muito estática da segurança, que não sustenta as intempéries de uma Europa em formação. Seu fracasso culmina na Primeira Guerra Mundial, resultado das tensões na Europa na virada do século. Em decorrência desse processo o conceito de segurança passa a demandar uma análise mais substancial. Tal demanda contribui para o surgimento do primeiro grande debate da disciplina de Relações Internacionais: o debate entre Realistas e Idealistas.

O Idealismo surge no momento imediato após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) como uma tentativa de compreender as causas da guerra e de evitar um conflito futuro. Tal teoria procurava compreender as raízes do conflito para alcançar a paz. Para tanto, postulava que o meio para alcançá-la era a cooperação.

Wilson, seu precursor, afirmava que as instituições promovem a cooperação pacífica entre os Estados. Nesse sentido, propôs, então, a criação da Liga das Nações, uma instituição internacional que pretendia transformar a forma como as relações internacionais eram conduzidas, de forma a aplicar o conceito de segurança coletiva. Tal conceito pressupõe que os Estados não usariam a força uns contra os outros, no entanto, usariam coletivamente caso houvesse a agressão de um Estado a qualquer outro.

Com sua estrutura inédita de funcionários públicos internacionais organizados em órgãos distintos e permanentes, a Liga propunha-se a materializar um mecanismo internacional de Estados com o objetivo de evitar a agressão de um contra o outro. Vale lembrar que a idéia da cooperação é resultado do dogma central do liberalismo de que os indivíduos, agentes do sistema, agem sempre de maneira racional. Sugere-se assim que a cooperação se dá de maneira natural, no intuito de sempre maximizar os benefícios através do consenso no interesse.

A Segunda Guerra Mundial, somada à falência do projeto wilsoniano da Liga das Nações, fez com que a teoria Liberal perdesse força, uma vez que

suas propostas para a prevenção do conflito foram frustradas. Tal processo culminou no fortalecimento das teses Realistas, que vê com ceticismo a capacidade de instituições internacionais de evitar o conflito.

As relações internacionais seriam, segundo tal abordagem, a luta entre desejos e interesses conflitantes que, conseqüentemente, envolveriam muito mais a rivalidade do que a cooperação. Assim, observamos que segundo a teoria realista os Estados vivem num ambiente em que a guerra é tida como inevitável, uma vez que estes têm a sobrevivência e a segurança como fim último, e o poder como meio para atingi-lo. Então, os Estados procuram prever o comportamento dos outros Estados para prevenir ameaças à sua própria existência enquanto Estado, ou seja, sua sobrevivência. Para tanto, este pode contar apenas com a auto-ajuda.

De maneira geral, descrevemos acima quais as condições que fazem com que a anarquia prevaleça no sistema internacional. Essa, por sua vez, é vista como imutável, sendo assim um grande contraponto à teoria idealista, que acredita na possibilidade da existência de uma cooperação entre os Estados e na constituição de instituições internacionais que teriam como objetivo evitar a guerra. Neste contexto, cada Estado cederia parte de sua soberania para que o conflito não ocorresse.

A teoria Realista acabou, então, por confeccionar um conceito de segurança, baseado na

consideração do sistema internacional como anarquia povoada por Estados, os quais se pressupõe atuar racionalmente em busca da maximização do respectivo interesse nacional –, o realismo automatizou a identificação tendencial entre segurança e segurança nacional, traduzida em preservação da independência política e da soberania territorial do Estado, por meio das Forças Armadas, do desempenho diplomático e dos serviços de informação (Sheenan, 2005, p.6).

Os realistas, como vimos, entendem que os Estados concentravam todas as capacidades com o intuito de garantir a sobrevivência, o que tornava o uso da agressão viável para a garantia da segurança. Os liberais, no entanto, com uma abordagem focada em valores morais, normas e leis, viam na cooperação uma forma de assegurar a segurança coletiva.

Com o fim dos vinte anos de crise atravessados nos contextos das duas guerras mundiais, o Realismo emergiu como teoria dominante no debate da disciplina de Relações Internacionais, uma vez que o Idealismo foi incapaz de prever os prenúncios da própria Segunda Guerra.

No contexto do pós-guerra seria de se estranhar outra configuração do sistema internacional que não fosse a que prevaleceu. O descrédito da teoria Idealista que se mostrou incapaz de compreender o contexto que resultou na Segunda Guerra e cujas propostas para assegurar a paz falharam, somado à emergência de duas potências hegemônicas, geraram um terreno propício para a sedimentação da teoria realista como base para o estudo da segurança no âmbito da disciplina de Relações Internacionais – bem como para a atuação dos tomadores de decisão. Nessas mesmas décadas, os estudos de segurança estimulados pela teoria dominante que vigorava viveram a chamada “Golden Age”, período de grande foco das políticas externas nas questões de segurança, principalmente em sua forma tradicional, ou seja, direcionada em conter, e posteriormente, dissuadir o comportamento agressivo dos Estados.

2- A Criação do Conselho de Segurança no Contexto do Pós-Guerra

Apesar da supremacia da teoria realista refletida na agenda de segurança dos países no pós-guerra, a necessidade de criar uma ferramenta que promovesse ideais liberais como a paz, era vista como fundamental pelos Estados Unidos e Inglaterra. Nasce daí a Organização das Nações Unidas que pretende através da cooperação e do consenso, assegurar a paz.

Uma organização liberal no meio de um sistema regido pelo realismo podia estar fadada ao fracasso como sua antecedente, a Liga das Nações, esteve. Porém podemos explicar seu sucesso pela existência, dentre outras coisas, do Conselho de Segurança. Com a finalidade real de zelar pelo equilíbrio de poder vigente na época, em 1946, junto com a ONU surge o Conselho de Segurança, que pode ser entendido como uma iniciativa que

condiz com o que postula a escola realista, em função da estrutura apresentada e pelo caráter de defesa dos interesses das potências.

A estrutura do Conselho de Segurança conta com a presença de cinco países com poder de veto e, inicialmente com seis países de caráter rotativo, o que evidencia o contexto político da época sob o paradigma da segurança tradicional. Em virtude do fracasso da Liga das Nações que tinha como mecanismo de tomada de decisão a igualdade entre os países, as potências vencedoras da segunda grande guerra – China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética – reservaram para si um papel de destaque garantido pelo poder de veto. Estes países, uma vez vitoriosos, viram em tal mecanismo uma maneira de garantir a manutenção do equilíbrio de poder do sistema internacional que lhes convinha. Além disso, ao caráter puramente recomendatório que envolvia as decisões da Liga das Nações, foi adicionado o caráter impositivo das decisões tomadas pelo Conselho de Segurança e seus membros.

Contudo, vale lembrar que tal como a Liga das Nações, a Assembléia Geral da ONU garante a igualdade dos Estados e as decisões tem caráter puramente recomendatório. No entanto, é o Conselho de Segurança, formado por um grupo seleto de países, o único órgão capaz de tomar decisões de caráter impositivo.

A principal fundamentação do Conselho de Segurança se dá baseado no Capítulo VII da Carta da ONU que tem como referência “Ações relativas aos tratados de paz, rupturas da paz e atos de agressão”. O Conselho atua, então, em função de questões que dizem respeito à ameaça à segurança internacional. Essas, por sua vez, fazem com que os Estados tomem decisões que, apoiadas no artigo 41 de tal capítulo, autorizam sanções, inclusive econômicas e de transporte, ou o endurecimento nas relações diplomáticas. Uma vez fracassadas as medidas deste artigo, o Conselho tem autonomia para estabelecer "ações que poderão ser executadas mediante forças de ar, mar ou terra para restabelecer a paz internacional e a segurança", segundo artigo 42 do mesmo capítulo.

3 – O Conselho de Segurança na Atualidade: novos debates, novos cenários e novos desafios

No contexto do início da Guerra Fria, como vimos, as principais dinâmicas de segurança eram definidas pela bipolaridade – Estados Unidos e União Soviética. A partir dessa configuração, a análise do comportamento de segurança dos Estados foi elencada como um dos temas centrais dos estudiosos do período. O Estado, tal como as principais ameaças advindas de outros Estados eram os principais focos das questões de segurança. Destaca-se, nesse período, a centralidade das armas atômicas e dos seus derivados como questões centrais deste assunto.

No entanto, no início da década de 70, o mundo passa a vivenciar uma mudança na agenda de segurança. A Guerra Fria apresentava uma nova relação entre as super potências, era evidente que a manutenção da ordem bipolar havia se tornado extremamente perigosa. Conhecida por Détente ou Distensão, essa relação se desenvolveu no contexto da crise do petróleo e foi marcada pela assinatura dos primeiros acordos sobre a corrida armamentista – SALT 1, assinado em 1972. A emergência de uma política externa chinesa autônoma, resultante de um afastamento político da União Soviética possibilitou uma nova dinâmica da Guerra Fria. Essa política de Richard Nixon de aproximação em relação à China é considerada um importante marco da mudança da concepção norte-americana de defesa.

A mudança na agenda, neste período, fez com que surgissem novas abordagens teóricas, dentre as quais a que convencionou-se chamar de neoliberalismo. O discurso neoliberal abordava o tema da segurança como algo que não dizia respeito exclusivamente ao Estado, mas que também envolvia outros atores, – Organizações Internacionais, atores transnacionais e indivíduos, por exemplo – que deveriam passar a ser levados em conta nas decisões políticas.

A crescente relevância desses novos atores, bem como a cada vez maior interdependência e transnacionalização das relações internacionais, resultaram numa maior complexidade das agendas dos Estados. Isso fez com que temas antes não considerados questões de segurança nacional,



passassem a ser nela incorporados, como por exemplo a questão ambiental e a imigração.

Ainda neste aspecto, questões tradicionalmente associadas às noções de “high politics” e “low politics” agora se confundiam e não seria mais possível perceber com facilidade a hierarquia entre os temas das agendas de cada Estado. Com isso, vemos no discurso de tais teóricos a utilidade decrescente do uso da força, o que evidencia que tal poder não seria mais capaz de definir qualquer disputa. No limite, vemos que há, em tal contexto, uma redefinição das concepções de poder e segurança que coloca em xeque a concepção realista de segurança.

Com o tempo, outras perspectivas, igualmente contrárias à concepção realista de segurança, ganharam força. O conceito de segurança humana enunciado por Barry Buzan, em seu livro *Peoples, States and Fear*, publicado em 1983, é um exemplo da emergência de tais perspectivas. Esta abordagem, fruto do debate construtivista, traz a segurança como resultado de um processo de construção social. A segurança entendida desta forma absorve, então, novos atores, assim como reconhece que o próprio Estado pode ser um “produtor de insegurança”, quando o mesmo não é capaz de garantir a sua estabilidade interna.

O autor enuncia que as cinco dimensões da chamada segurança humana advêm dos aspectos: militar, político, econômico, societal e ambiental. Isso significa que as ações que visam à manutenção da segurança nacional visarão à sobrevivência humana, elencando uma perspectiva multidisciplinar.

Já no final da década de 80 surge uma terceira visão sobre a questão de segurança, a Escola de Copenhague. Seguindo uma linha de reflexão próxima àquela que subsidia a noção de segurança humana, proposta por Buzan, os teóricos de tal escola afirmam que, através do processo de securitização, as questões apresentadas como ameaça à segurança devem ser reconhecidas socialmente como tal, através de um processo de prática social.

Então, a securitização ocorre de forma que, primeiramente, as elites conferem à certas questões o caráter de ameaça. No entanto, esse processo

só se completa quando os demais grupos sociais, além das elites, aceitam que o objeto em questão seja securitizado, e passam também a entendê-lo como ameaça. Em outras palavras, o sucesso do processo de securitização não depende apenas da iniciativa das elites, mas também da aceitação dos demais grupos sociais. O tema deve, então, ser socialmente aceito como uma ameaça. A segurança internacional, nesta abordagem, pode ser analisada, portanto, como a forma como as coletividades humanas se relacionam em termos de ameaças e vulnerabilidade. (Buzan, 1998, p.10).

Com o término da Guerra Fria, o Conselho de Segurança, bem como a ONU, se viram, no tocante aos seus mecanismos, funções e objetivos, desafiados a se adaptarem às novas dinâmicas do sistema internacional – que se transformara substancialmente – e à ruptura com a percepção tradicional de segurança, como visto acima com o surgimento dos novos paradigmas. Nesse contexto a década de 90 vê uma explosão de resoluções por parte do Conselho no período pós-guerra do Golfo.

Numa agenda de caráter liberal baseada na cooperação entre os Estados, para a qual cada país abre mão de parte de sua soberania, as intervenções de fins humanitários, (mesmo quando relativas à ordem interna do país que a sofre) se tornaram recorrentes nos debates do Conselho, graças a escalada da influência do ambiente interno na segurança externa. A multiplicidade de fatores inseridos nos novos paradigmas da segurança cria novas ameaças que concernem aos Estados que não conseguem manter uma estrutura mínima. Isso faz com que o monopólio da violência seja questionado por diversos atores não-estatais configurando assim muitas vezes os chamados “Estados-falidos”. Veremos nas páginas a seguir análises práticas dessas questões.

Assim sendo, segundo Patrick Morgan(2003), “States and societies wracked by internal conflict and humanitarian disasters are now candidates for being declared ‘threats to international security’ and subject to interventions on behalf of international community” (p.30).

O Conselho se viu, então, em um momento que demandava um reposicionamento de si mesmo no novo cenário internacional. Tal demanda



colocava-o em uma posição antagônica, e por vezes conflituosa entre os meios e os fins de suas ações. Essa posição foi ressaltada pelas diversas reinterpretções da Carta da ONU, principalmente do Capítulo VII, com a inclusão de situações de emergência humanitária e violações maciças de direitos humanos dentro de Estados, como legitimadores de intervenções de caráter humanitário.

Em meio a esse período de redefinição de algumas das atividades do Conselho, diversos Estados passaram a pleitear uma participação efetiva nos trabalhos do mesmo evidenciando, portanto, um movimento de redefinição dos meios e fins para alcançar a segurança coletiva com mais efetividade.

A participação mais incisiva de outros países visa também acabar com a visão de que o Conselho seja um instrumento para as potências realizarem seus interesses. Esse fator evidencia, além disso, a necessidade da codificação dos critérios de intervenção para que não haja uma utilização do mesmo como meio de manobra. Enquanto a definição de tais critérios não é alcançada, a recomendação gira em torno da não intervenção, se excetuando alguns casos que se tornaram complexos e controversos, como ocorreu na Somália, na Bósnia e em Ruanda. Assim, num período em que os novos paradigmas de segurança ganham espaço na política internacional, mas continuam ainda fixos em padrões mutáveis de definição, a atuação do Conselho é cautelosa ao deliberar a respeito de ameaças que não advenham da agressão interestatal.

Apesar disso, preocupações ligadas a questões humanitárias, direitos humanos, terrorismo e proteção da ordem democrática, passaram a ocupar um espaço crescente na agenda de segurança do Conselho. Ou seja, a necessidade de adaptação por parte do Conselho aos novos paradigmas que ditam as suas ações é bastante presente, mas só pôde ser acompanhada em certa medida, dado que a estrutura operacional do Conselho permanece igual desde a sua criação.

Alguns autores alertam para isso, como afirma Antonio Patriota (2010) em sua obra intitulada O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo,



“O que autores como John Gerard Ruggie, Gwyn Prins e Stanley Hoffman estão argumentando é que o tipo de crise que vem sendo trazida ao Conselho de Segurança na década de 90 está a exigir uma doutrina nova, e que algo precisa ser construído para preencher o hiato conceitual entre a ação militar coercitiva – por coalizões de países dispostos a se engajar em operações de combate – e as operações de manutenção da paz calcadas no tripé do consentimento, imparcialidade e não uso da força”.

Pode-se perceber que a necessidade de uma doutrina pode ser entendida como o desenvolvimento de um binômio formado entre a agenda de segurança coletiva e a estrutura do Conselho.

Enquanto tal dilema interior não se resolve e o Conselho apresenta comportamentos distintos no meio de uma intensa profusão de questões referentes à segurança, muito intensificadas pelo fortalecimento da interdependência em diversas áreas do sistema internacional, a utilização do conceito de segurança fica a mercê dos interesses dos indivíduos, dos Estados e do próprio sistema. Na mesma obra citada acima, Antonio Patriota (2010) afirma que

“os objetivos das ações de segurança coletiva, no contexto das quais se sobressai o problema da ampliação do campo de aplicação do Capítulo VII para incluir ações de emergência humanitária e violações maciças de direitos humanos, ou para o combate ao terrorismo, à subversão da ordem democrática, à proliferação de armas de destruição em massa- na expressão de Stanley Hoffman, a transformação da ameaça à paz e segurança internacional em um “all purpose parachute””.

Podemos dizer, então, que o conceito é uma espécie de “carta-coringa” na luta pela alocação de recursos e no estabelecimento de posicionamentos. Ora o conceito de Segurança segue a vertente tradicional, ou seja, do comportamento dos Estados como uma ameaça real à segurança do sistema, ora o conceito “relaxa” para algo mais próximo da visão humana, ou seja do caráter humanitário da questão.

Um bom exemplo para se entender melhor essa questão é a Guerra do Iraque. Num primeiro momento os Estados Unidos justificaram sua intervenção militar alegando que tal país ameaçava a segurança internacional, uma vez que se suspeitava do desenvolvendo de armas de destruição em massa. Num segundo momento do conflito o argumento de justificativa se alterou, os



PUC-SP

Estados Unidos dizem levar paz e democracia a um povo oprimido por seu governante. A utilização das diferentes abordagens do conceito de segurança acabou por servir como atenuante das ações americanas.

Outro ponto que deve ser considerado é o fato de que desde o fim da Guerra Fria, o papel da OTAN era questionado no sistema internacional, uma vez que ela surgira como um instrumento de proteção dos países alinhados em meio ao conflito de caráter bipolar. No entanto, a OTAN já no conflito na ex-Iugoslávia teve uma colaboração sem precedentes, que segundo Boutros-Ghali não fora surpreendente, já que tanto o Conselho de Segurança quanto a OTAN constituem organizações distintas, mas com o objetivo comum de manutenção da paz e da segurança.

Talvez seja esse o momento no qual a OTAN passe a assumir um papel mais ativo na manutenção da segurança internacional (legitimada pelo artigo 51 da Carta ou o Capítulo VIII). No entanto, isso poderá ocorrer desde que o Conselho de Segurança mantenha a palavra final na autorização do uso da força, uma vez que em algumas situações a organização agiria fora de sua área de defesa.

Desta forma, consideramos de vital importância o entendimento dos paradigmas da segurança internacional, assim como todos os elementos que os circundam e as instituições que o regulam para podermos melhor compreender a conjuntura dos acontecimentos que estão em pauta, no Norte da África e no Oriente Médio.

PARTE II – Contexto Histórico

O intuito da Parte II deste guia é elencar os fatores históricos de cada país para que se possa entender melhor o panorama sob o qual as revoluções se desenvolveram. Para isso analisaremos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, possibilitando assim enxergar a questão por vários pontos de vista distintos.



1- Tunísia

A Tunísia historicamente possui posição de destaque na região. Dois exemplos desse destaque seriam Cartago, cidade de grande importância na antiguidade, e seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial, sendo o país do Norte da África que mais sofreu com o conflito.

Possessão francesa, a independência foi obtida somente em 1956 de maneira bem mais pacífica se comparada a da Argélia. Com a adoção da Constituição, em 1959, o líder nacionalista Habib Bourguiba passa a ocupar o cargo de Presidente da República, então de caráter vitalício. O mandato presidencial viria a ter sua duração modificada em 1987, quando o General Zine al-Abidine Ben Ali, que havia sido nomeado Primeiro-Ministro no ano anterior, assume o poder, depondo, de forma pacífica, o já idoso Presidente.

Ambos os governos de Bourguiba e Ben Ali direcionaram o país para uma posição ímpar na região em não permitir o desenvolvimento do fundamentalismo islâmico, tal condição pode ser atribuída a políticas econômicas que assistiam as camadas mais baixas da sociedade, assim como aos altos investimentos em educação. O sucesso das políticas econômicas garantiu certa estabilidade ao país apesar da presença de um regime centralizador com baixo nível de participação democrática que perdurou por quase 50 anos.

A Tunísia tem concentrado sua atuação externa em três eixos principais: a associação com a Europa, a integração no Magrebe e as relações com o mundo árabe. Em 1995 a Tunísia celebrou um acordo de cooperação econômica com a União Européia. Outra postura chave da Tunísia é a busca pela revitalização do Magrebe como bloco econômico e como maneira de fortalecer o posicionamento da região, o que faz com que a Tunísia seja um forte interlocutor com o mundo árabe.

As boas relações com o Ocidente fazem da Tunísia um destino turístico de vários países europeus. Assim o turismo, ao lado do petróleo, se apresenta como uma importante fonte de divisas para a economia tunisiana.



Após a crise financeira de 2008, a Tunísia passou a assistir um aumento no desemprego, assim como um aumento no preço dos alimentos. Na parte III deste guia veremos com mais cuidado os fatores que desencadearam a revolta precursora de todo um movimento popular na região.

2- Egito

O Egito é visto como um aliado histórico do mundo ocidental, além de ser um dos países mais ricos do continente africano. Após dezoito dias de manifestações e repressões um tanto quanto violentas, por volta de trezentos mortos, o presidente no poder Hosni Mubarak deixou o cargo após trinta anos, atendendo assim aos pedidos por maior democracia no processo político no país.

A comunidade internacional se preocupa com o destino político do Egito a fim de evitar um vácuo político criado com a saída de Mubarak. O Egito está inserido numa posição estratégica, controla o canal de Suez e faz fronteira com Israel. Na questão palestina desenvolve um papel-chave, além de ser um interlocutor no processo de discussão de tratados de paz para a região, o mesmo é um dos únicos países a ter assinado com Israel um tratado de paz. Assim o Egito se destaca com a grande influência que exerce na região do Oriente Médio e, para melhor entendermos o papel fundamental do país na região analisaremos brevemente a sua história moderna.

Em 1805 quando Mohammed Ali Pasha, um militar albanês, assume o poder após o fim da invasão francesa sobre o país. A retirada das tropas francesas do território egípcio, devido á derrota para a Inglaterra, criou um vácuo de poder no país, permitindo que o militar invadisse e dominasse o Egito. Mohammed Ali ganhou reconhecimento do Império Turco-Otomano, o qual possuía o domínio do Egito por mais de 16 séculos, e iniciou uma nova monarquia no país.

A presença francesa deu inicio ao processo de modernização do país e Mohammed Ali foi o precursor desta transformação, tendo como principal objetivo a construção do Estado e o fortalecimento militar do país. Foram



PUC-SP

promovidas reformas estruturais, políticas e econômicas, reorganizando a sociedade egípcia com o propósito de criar bases para o Estado.

A monarquia exercida por Ali não corroborava para o surgimento de um sistema democrático, além de não ser de seu interesse e da elite estabelecer um regime que favorecesse à todas as classes sociais.

O governo de Mohammed Ali perdurou até 1848, sendo sucedido por seus herdeiros, os quais não obtiveram o mesmo governo de expressão de seu pai e, com isso, mantiveram o mesmo regime monárquico favorável aos interesses particulares dos monarcas em detrimento do desenvolvimento do Estado. O governo egípcio, nesse período, era regido sobre a influência de ingleses e franceses, a qual gerou uma nova proposta de modernização e de fonte de poder ao Egito: a construção do Canal de Suez.

Em 1859 iniciou-se a construção do canal tendo fim em 1869, proporcionando uma nova rota comercial que ligava a Europa ao extremo Oriente. Essa rota tornou-se uma via fundamental para o comércio Europeu e desde sua construção ficou estabelecido que a concessão para o uso do canal seria administrada entre franceses e egípcios. Devido à construção do canal, o governo egípcio contraiu uma exuberante dívida externa e como consequência, vendeu parte do canal à Inglaterra. Em 1882, liderada pelo militar nacionalista Ahmed Urabi iniciou-se um levante em oposição à presença inglesa no Egito. A revolta fracassou, no entanto, esse foi o marco do surgimento de movimentos contra a monarquia e o imperialismo inglês sobre o Egito.

Criado em 1918, um dos principais atores na luta para a libertação do Egito do poder inglês foi o partido nacionalista Wafd. Motivados pelas resoluções do final da Primeira Guerra Mundial que incentivavam a autodeterminação dos povos, tal partido tinha como objetivo de forçar os ingleses a cederem à independência. No entanto, embora declarada a independência do Egito em 1922, a monarquia ainda governava sobre influência inglesa, e tal fato só fez aumentar o descontentamento da população e os movimentos nacionalistas. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial a presença inglesa se fortaleceu ao serem estabelecidos contingentes do



exército daquele país no Egito, principalmente no Canal de Suez que ainda encontrava-se sobre domínio inglês.

Estes acontecimentos reforçavam a situação em que a monarquia egípcia se encontrava. O rei Faruk I, que entrou no poder em 1936, sustentava o domínio inglês sobre o Estado egípcio e dava continuidade a uma independência mascarada pelos interesses ingleses. Tais políticas adotadas por esse governo distanciaram, ainda mais um desenvolvimento sólido e, conseqüentemente, o início de um processo de democratização no país.

O ponto incisivo do movimento contra a presença inglesa e a monarquia se deu em 1948, a partir da criação do Estado de Israel. A revolta generalizada entre os países árabes, dentre eles o Egito, em função do surgimento do novo Estado, enfraqueceu a monarquia e favoreceu a independência da Índia, também sobre o poder inglês, o que serviu como molde para o Egito. O domínio inglês no Egito perdurou por 70 anos, e fez surgir diversos movimentos os quais hoje fazem parte do cenário político egípcio. Um exemplo disso é o partido da Irmandade Muçulmana, criado em 1928 por grupos nacionalistas que visavam o fim do regime monárquico, que tinham como objetivos disseminar os preceitos de um islamismo radical.

Em 1952, um movimento militar liderado pelo futuro presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, denominado Movimento dos Oficiais Livres, derrubou a monarquia ao depor o rei Faruk I e instaurou o regime republicano no Egito. A república inaugurou-se com o General Muhammad Naguib como primeiro presidente. Nasser torna-se primeiro ministro em 1953 e assume a presidência em 1956.

Ao assumir a presidência, Nasser proclama um regime nacionalista socialista com o objetivo de modernizar o país por meio da reforma agrária, do desenvolvimento da indústria e de uma melhor distribuição de renda. Diante disso, visava beneficiar os camponeses pobres de modo a limitar o poder dos latifundiários. Foram instaurados serviços de educação gratuita, subsídio para produtos essenciais, serviços relacionados com a saúde, habitação e transporte. Essas políticas tinham um forte caráter assistencialista, o que



PUC-SP

tornou a grande parte da população um grupo acomodado sob a custódia do governo e, conseqüentemente, dependente de tais políticas.

Outra medida tomada por Nasser para modernizar o país foi a construção da Represa de Assuã, a qual pertencia a um projeto de irrigação e eletrificação do país que era visto como chave para o desenvolvimento e industrialização. Inicialmente, o Reino Unido, Estados Unidos, França e o Banco Mundial se mostraram favoráveis a fornecer um empréstimo para a construção de tal barragem, no entanto, após inúmeras negociações recusaram. Foi neste momento que o Egito se aproximou na União Soviética, a qual se comprometeu em financiar a construção da barragem. Como retaliação às potências ocidentais pela recusa do financiamento e combate ao colonialismo francês e inglês o Egito nacionaliza a companhia do Canal de Suez.

Com a nacionalização, ficaria bloqueado o porto de Eliat, fundamental contato de Israel com o Mar Vermelho para a irrigação do deserto de Naguev. Em resposta, Israel conquistou a Península de Sinai reabrindo o porto. No entanto, pressões dos Estados Unidos e da União Soviética sob supervisão da ONU fizeram com que Israel desocupasse a região em troca de garantias de utilização e navegabilidade do canal, que voltou aos poderes do Egito. Tal conflito, resultante das políticas de Nasser, fez com que aumentasse a ruptura entre os árabes e judeus, abrindo precedentes para novos conflitos.

A Revolução de 1952 começou banindo os ricos proprietários de terra do poder político através de uma série de leis de reforma agrária e confiscações de terra.

Em 1970 Nasser morre e é substituído pelo seu vice-presidente, Anwar Al Sadat precursor de uma política de afastamento do socialismo de seu antecessor. Sadat instituiu uma nova política chamada *Intifah* (portas abertas em árabe) a qual tinha por objetivo a desnacionalização da economia egípcia e o incentivo ao capital privado, além da aproximação com os Estados Unidos e o afastamento da União Soviética. Essas novas políticas tiveram sérias conseqüências negativas, como por exemplo, a deterioração na distribuição de renda em função do declínio da proteção do Estado para com os pobres e o



PUC-SP

aumento da desigualdade social. Os anseios de Sadat para o desenvolvimento do país acabaram por piorar as condições de vida dos trabalhadores egípcios devido a um aumento significativo custo de vida e, por decorrência, do desemprego.

Entre os anos de 1976 e 1977 ocorreram inúmeras manifestações anti-governo, em função das novas medidas adotadas pelo governo de Sadat. Os camponeses reivindicavam a não privatização das terras, que haviam sido nacionalizadas em 1952, além de grande parte da população acusar o presidente de abrir caminho para a dominação estrangeira, em virtude da aproximação com os EUA. O agravamento das manifestações teve seu ápice com o assassinato de Sadat, em 1981, por manifestantes contrários às políticas da *Intifah*.

Após a morte do então presidente no início da década de 1980, seu vice Muhammad Hosni Said Mubarak assume o governo. Apesar das manifestações ocorridas contra as políticas da *Intifah*, Mubarak as amplia e as intensifica, o que transformou o Egito num país aberto ao capital estrangeiro promovendo um notável crescimento econômico na primeira metade da mesma década. Neste momento, o Egito ingressou num período de crise econômica em função da alta corrupção, ostentação por parte da elite e dos altos funcionários do governo e altos empréstimos do FMI e dos Estados Unidos. De 1984 a 1989 a proporção de egípcios vivendo abaixo do nível de pobreza aumentou de 42% para 54%. Isso fez com que na primeira década de 1990 o país mergulhasse numa onda de violência e atentados terroristas.

Em virtude da crise atravessada pelo Egito nos anos de Mubarak, aqueles que não atingiram novos degraus de ascensão social, na maioria das vezes graças à esquemas de corrupção e relações estreitas com o governo, foram afetados pelas mudanças sociais e pela inflação, o que fez com que se apegassem aos valores tradicionais. Um dos principais exemplos é o ressurgimento de movimentos religiosos ou o chamado “retorno Islâmico”. Houve um fortalecimento da crença religiosa que teve como consequência o fortalecimento da Irmandade Islâmica. O aumento do número de mulheres que portavam o véu, nesta época, faz com que seja percebido tal fortalecimento na



crença islâmica, por exemplo. Em função disso, Mubarak via tal grupo religioso como uma ameaça ao seu governo, que foi marcado por uma forte repressão à organização.

Então, vemos que no Egito a rápida mudança social combinada com um alto grau de mobilização da população e com instituições políticas fracas, gerou revoltas e atos de violência contra o autoritarismo de Mubarak. O grande contingente da população saiu às ruas para protestar contra as péssimas condições as quais a população estava submetida. Dentro disso inclui-se o desemprego combinado aos baixos salários que é uma consequência da crise econômica que o Egito atravessava. Além disso, população cansada de restrições quanto à liberdade de expressão e de exuberantes índices de corrupções de um governo com práticas autoritárias e ditatoriais, reivindicava reformas políticas democráticas.

Dentro desse contingente populacional rebelde encontravam-se diversas forças sociais as quais, como visto, ganharam consciência de seu poder de mobilização em função da modernização. Dentre eles, médicos, engenheiros, estudantes, trabalhadores, entre outros, o que explicita que não foi uma revolta de caráter religioso e fundamentalista. Estavam lutando pelo mesmo objetivo árabes moderados, cristãos - mesmo que em minoria – e fundamentalistas islâmicos, como por exemplo, a Irmandade Muçulmana, que sempre representou uma forte oposição aos diversos governos.

No entanto, não se pode esquecer que essa mesma conscientização pode ter um caráter inverso, de modo que as forças sociais têm, agora, consciência de si como classe e estando o Egito sob uma fase de transição cada classe reivindicará reformas visando o interesse próprio. A Irmandade Muçulmana, por exemplo, que passou maior parte da história banida do cenário político pode aproveitar tal situação para tentar ganhar mais força política no país e, assim, colocar a sua ideologia em prática. E, além disso, paira-se a dúvida de que se o governo militar provisório que está atualmente na diligência do país irá instaurar as reformas democráticas reivindicadas pela população ou irá somente seguir os seus próprios interesses.



3- Líbia

A revolução na Líbia, que se iniciou em fevereiro de 2011, causou um grande impacto no cenário internacional. A extensão da dimensão do conflito e o nível de ameaça a segurança demandaram uma ação mais efetiva por parte do Conselho de Segurança.

Para entendermos as causas e origens da revolução e porque ela se mostra uma ameaça à segurança internacional, devemos analisar, primeiramente, o contexto histórico na qual ela está inserida.

Em 1952, a Assembléia Geral das Nações Unidas reconheceu a independência da Líbia, Idris I foi nomeado rei e estabeleceu uma monarquia de cunho autoritário e desprovido de representatividade popular. O país foi admitido na Liga Árabe em 1953, ao mesmo tempo em que permitiu que bases militares estrangeiras, principalmente norte-americanas e inglesas, fossem instaladas na região. Diante disso, o país recém independente apresentava uma tendência de alinhamento com o ocidente, caracterizada por uma relação de interdependência que começava a surgir.

Uma grande descoberta de petróleo na região tornou a Líbia detentora da nona maior reserva mundial, em 1959. O resultado disso foi um movimento retrógrado em relação à aceitação de tropas estrangeiras em seu território, o que acabou por culminar na expulsão das mesmas. Tal atitude gerou divergência com tais países e, também, com o Egito, aliado das potências ocidentais.

Muammar al- Gaddafi, que em 1966 havia entrado para o exército, funda a União dos Oficiais Livres que consistia em um grupo de militares radicais islâmicos a favor de um governo militarizado. Em 1969, vitoriosa de um levante para a derrubada da monarquia, tal organização, sob comando de Gaddafi, instaurou uma república de caráter socialista. Em meados dos anos 70, foram nacionalizados os recursos petrolíferos do país, os bancos e as empresas, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população do país que vinha insatisfeita com o favorecimento das elites por parte do regime monárquico.

A trajetória dos anos de governo de Muammar Gaddafi foi marcada por controvérsias, caprichos próprios e conflitos com vários Estados, principalmente com os Estados Unidos e Europeus. As relações entre o



Ocidente, principalmente dos Estados Unidos, e a Líbia começaram a sofrer abalos após a guerra de Yom Kippur, quando a Líbia convenceu seus aliados a interromper a exportação de petróleo para os países que apoiassem Israel, além de ajudar ativamente o Egito na guerra.

O regime de Gaddafi sinalizava de maneira crescente se tornar um grande problema para as potências capitalistas, o que ficou claro com a aproximação do regime soviético ainda na década de 70. Tais divergências começaram a ser combatidas quando em 1981, os Estados Unidos declararam um forte embargo econômico ao país, acusando a Líbia da participação em atentados terroristas, assim como na guerra civil do Chade, apoiando o governo provisório local. As tensões permaneceram e em 1986, Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos, ordenou um forte bombardeio ao país ocasionando a morte de milhares de civis. Gaddafi passa a ser conhecido como “Mad Dog” pelos países ocidentais.

Embora pressionada pelas medidas punitivas internacionais, a Líbia manteve-se sob constante isolamento internacional durante o início dos anos 90, posição que é colocada em xeque pelas resoluções 748 e 883 da ONU que aplicavam severas sanções, principalmente na economia do regime líbio. Diante do desmoronamento de sua economia e de quase ser derrubado do poder em 1993, Gaddafi aos poucos passa a adotar algumas medidas para amenizar a tensão com o Ocidente como, por exemplo, ao assumir uma posição moderada opondo-se tanto à invasão do Kuwait, quanto ao uso da força contra o Iraque. Paralelamente a isso, o sistema socialista até então implantado no país começou a ser desmontado iniciando a era das privatizações bem como da abertura da economia ao capital estrangeiro.

Como reação ao crescimento do fundamentalismo islâmico, em 1993, Gaddafi rompe relações com o Irã. E após um período de “calmaria” o regime, preocupado com questões internas durante maior parte da década de 90, vê as sanções serem suspensas em 1999.

A partir de 2000, pode-se notar uma intensificação das políticas de descentralização do Estado postas em prática nos anos 1990. Foram abertas licitações para exploração das reservas de gás e petróleo da região, e as maiores beneficiárias foram as empresas norte-americanas. No mesmo período



PUC-SP

houve também um afrouxamento das tensões com o Reino Unido e os Estados Unidos com a condenação por parte de Gaddafi dos atentados de 11 de setembro de 2001. A visita do então primeiro-ministro britânico Tony Blair em 2004 foi um marco na política externa líbia.

Mas, mesmo com o desenvolvimento econômico do país dos últimos anos, Gaddafi começou a receber críticas sobre a forma como conduzia o país, sob um governo autoritário e repressivo, que não permitia a participação das “massas” na política estatal e a associação ou criação de partidos. O estopim das reivindicações, além da influência dos movimentos recentes presentes na Tunísia e no Egito, foi a prisão do advogado de direitos humanos Fath Terbil, que representava as famílias dos mortos no Massacre de Abu Salim ocorrido em 1996.

A questão dos protestos na Líbia começou realmente a se tornar um problema internacional a partir do momento em que o governo de Gaddafi avançou rumo às revoltas em Benghazi, cidade que iniciou a revolução, atacando a população civil com armamentos pesados. O comportamento um tanto quanto inesperado de Gaddafi por parte dos países Ocidentais fez com que os mesmos entrassem no conflito no intuito de proteger os civis. Para tal o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1973 que criou a zona de exclusão aérea.

As conseqüências da revolução presente na Líbia serão analisadas de forma detalhada na Parte III, onde a problematização da questão é feita com maior enfoque.

4- Síria

Com a queda do Império Otomano após a 2ª Guerra Mundial, a região da Síria foi administrada pela França até 1946, quando conquistou sua independência. Este novo país carecia de estabilidade política, e experimentou, portanto, uma série de golpes militares durante a sua primeira década.



Em 1958, a Síria unifica-se com o Egito, governado na época por Gamal Abdel Nasser, formando a República Árabe Unida, sob os preceitos do pan-arabismo. No entanto, essa tentativa de união foi de curta duração. Em 1961, os dois países voltaram a ser Estados distintos.

Em 1970, Hafez al-Assad, pai de Bashar al-Assad e membro do Partido Baath Árabe Socialista, tomou o poder através de um golpe militar sem derramamento de sangue que trouxe estabilidade ao país. Uma vez no poder, o general introduziu diversas reformas tanto sócio-políticas quanto econômicas com o objetivo de dinamizar os passos para as transformações socialistas. Desta forma, a Constituição, aprovada em 1973, institucionalizou as ideias do general, bem como trouxe à tona o sentimento de que as nações árabes eram todas partes de uma Grande Nação Árabe.

Dessa forma, o país teve grande atuação nas guerras Árabe-Israelenses. Em 1967, a Síria envolveu-se na Guerra dos Seis Dias e anos mais tarde, em 1973 na Guerra de Yom-Kippur, após Israel ocupar as Colinas de Golã, território sírio. Neste momento, o país se coloca contrário às políticas americanas para a região, bem como aos acordos de Camp David, através do qual, Egito e Israel se comprometiam a assinar um tratado de paz, sob mediação dos Estados Unidos.

As tensões na região se agravaram na década de 1980 com a Guerra Irã-Iraque. A Síria, juntamente com a Arábia-Saudita acusou o Iraque, aliado dos Estados- Unidos, de incitar o início do conflito, fato que seria prejudicial às negociações da questão da palestina.

Além disso, ainda na década de 1980, a Síria tinha diversos atritos com a Irmandade Muçulmana, uma vez que acusava-a de apoiar os judeus no conflito árabe-israelense. Diante disso, em 1982, sob acusação de que o Iraque armou os rebeldes, sangrentos ataques e inúmeros atos de violência que estavam ocorrendo na capital síria foram atribuídos à Irmandade Muçulmana. E como resultado promoveu o fechamento das fronteiras e do oleoduto Kirkuk que liga os dois países. Tal fato, demonstra a importância regional da Síria, já que ela está localizada entre países que tem grande peso tanto econômico quanto político na região.

Com a Guerra do Kuwait na década de 1990, a Síria começa uma mudança no que diz respeito à sua política externa. Em função da dissolução



da União Soviética, que era uma das principais aliadas de Damasco, a Síria apoia os Estados- Unidos contra o Iraque de Saddam Hussein. Além disso, é exatamente neste momento que iniciam-se as tentativas de liberalização econômica, fato que é bem visto pelas potências ocidentais. Tal fato teve como consequência o fim da guerra civil libanesa em 1990 que encontrava-se num impasse desde 1975. Isso ocorreu em função da aceitação por parte da comunidade internacional ocidental da instauração de um governo pró-Síria no Líbano.

Durante a mesma década, a Síria e Israel mantiveram conversas de paz, o que motivou as restaurações diplomáticas com o Egito. Em 1995, tiveram início as negociações, sem sucesso, para a retomada das Colinas de Golã. Neste momento, Israel não renunciou sua presença militar na região e a Síria continua a reivindicar o território até os dias de hoje.

Após a sua morte em 10 de junho de 2000, Hafez al-Assad foi sucedido por seu filho, Bashar al-Assad, através de um referendo popular. O novo presidente tentou fazer diversas mudanças tanto no âmbito sócio-político, quanto econômico. Contudo, não fez mais do que continuar o legado deixado por seu pai.

No que concerne as relações políticas internas, depois de alguns meses no poder, o presidente deu início a um processo de incentivo a uma aparente abertura. Alguns intelectuais, cientistas e artistas promoveram um manifesto pelo qual reivindicavam o fim do estado de policial de emergência e a libertação de todos os presos políticos. Esse manifesto foi chamado Primavera de Damasco, que em 15 de novembro de 2000 foi estimulada por um perdão, por parte do presidente, de 600 presos políticos. No entanto, essa onda de abertura política duraria pouco. O processo aparentemente modernizante logo foi finalizado e prisões a opositores do regime voltaram a ser corriqueiras. A Síria estava, então, inserida num contexto em que a sua população estava insatisfeita com a forma com que a política estava sendo conduzida. Foi em março de 2011 em Deraa, cidade localizada ao sul de damasco, que tiveram as início as ondas de manifestação por democracia.

Já no que diz respeito as políticas externas do novo governo, analisaremos, primeiramente, as relações com Israel. Bashar al-Assad afirmou que um tratado de paz com Israel só seria firmado após Israel devolver



totalmente as Colinas de Golã. Em 2003, um ataque aéreo realizado por Israel perto de Damasco foi qualificado por Bashar como agressão militar. Em 2007, Israel realizou novos ataques aéreos, desta vez no norte da Síria, destruindo o que Israel chamou de o embrião de uma usina nuclear. Em maio de 2008, ambos os países iniciaram, sob mediação da Turquia, novas tentativas de negociação.

No que diz respeito às relações com o Líbano, Bashar promoveu algumas mudanças em relação à política de seu pai. As tropas sírias posicionadas no Líbano desde o início na Guerra Civil Libanesa foram retiradas em 2005. No entanto, em 2006, durante o conflito entre Israel e Hezbollah, aliado sírio, a Síria chegou a acionar as suas tropas, mas não interveio diretamente em nome de seu aliado. Em 2008, os países formalizaram as relações diplomáticas.

PARTE III – Problematização da Questão

Com o conceito de segurança já definido e um breve contexto histórico sobre os países norte-africanos traçado, contexto este fundamental para um entendimento pleno e completo da questão, passamos a discutir como os acontecimentos recentes na região configuram-se como problemas pertinentes ao Conselho de Segurança ao sistema internacional.

1- Características Gerais das Revoltas

Antes de tudo é preciso lembrar que estamos tratando as insurgências de maneira similar em todos os países, mas sem, é claro, deixar de analisar as especificidades de cada um. Num primeiro momento tentaremos distinguir os pontos comuns no intuito de tentar compreender o motivo pelo qual as revoluções tiveram esse efeito dominó no norte da África. Posteriormente, iremos destrinchar as peculiaridades de cada revolta para entender melhor a influência das mesmas na segurança internacional.

Em 17 de Dezembro de 2010 Al Bouazizi, comerciante tunisiano, ateou fogo em si mesmo, em frente à uma edificação do governo da Tunísia como forma de protesto contra o crescente desemprego e as condições deteriorantes

da população. Seu ato motivou a população que se encontrava em condições semelhantes à dele - desempregados e descontentes com as medidas do governo - a protestarem contra as condições econômicas e políticas.

Os protestos do povo tunisiano contra seu governante, Ben Ali, representaram que era possível reivindicar e insurgir contra uma oligarquia e um governo autoritário numa região conhecida por sua volatilidade e rigidez por parte dos Estados. Assim, vemos que não só o ato de Bouazizi representou para a população uma oportunidade como contagiou as populações vizinhas à se rebelarem.

A revolução transbordou seu território inicial e atingiu a população de países vizinhos, como o Egito e a Líbia, que se rebelaram contra seus líderes Hosni Mubarak e Muammar al-Gaddafi, respectivamente. Estes líderes eram reconhecidamente intransigentes e detinham o poder do Estado centralizado em suas figuras. Assim como Ben Ali, Mubarak e Gaddafi representavam anos de desigualdade social, corrupção, sucateamento da burocracia estatal e, obviamente, a falta de estrutura na sociedade para que outros segmentos da sociedade, além daqueles controlados ou apoiados pelo regime, prosperassem e se desenvolvessem econômica, política e socialmente.

Na Tunísia, o ditador Ben Ali subiu ao poder num golpe sangrento contra o anterior governante, Bourguiba, em 1987. Apesar da grande disparidade econômica e social entre as cidades costeiras e as do interior, a economia tunisiana manteve uma média de crescimento no seu PIB por ano de 4,6% na primeira década do século.

Com uma economia focada na agricultura, extração de petróleo, mineração e turismo, a Tunísia tem um índice de desemprego que está em ascensão. Em 2009 este índice foi de 13,3%, em 2010, de 14%.

Em suma, a Tunísia apresenta uma economia razoavelmente diversificada, que apesar da queda no crescimento e aumento do desemprego nos últimos anos, não podemos afirmar que as condições econômicas foram o motor principal da revolução. Embora estes índices tenham uma evolução preocupante, foi uma série de fatores tanto de caráter político quanto econômicos que resultaram nas insurgências, em especial desigualdade social e corrupção.



Uma situação muito semelhante à Tunísia observou-se no Egito. Mubarak governou seu país desde 1981 e seu governo fora marcado por uma série de medidas que enrijeceram o regime político do país, como a possibilidade de reeleger-se ilimitadamente, por exemplo. Além disso, no âmbito econômico podemos encontrar similaridades com o país vizinho.

Com um crescimento econômico anual na faixa dos 5% e um índice de desemprego que chega aos 10%, aproximadamente, o Egito, igualmente, apresenta o problema de distribuição de renda. Uma economia diversificada não era capaz de melhorar as condições de sua população desde os mais pobres até a classe média, uma vez que suas riquezas ficavam concentradas nas mãos do governo e das classes mais ricas. Para ilustrar, segundo a revista *Foreign Policy*, 90% da riqueza do país encontrava-se nas mãos de 200 famílias apenas.

Assim como Ben Ali, Mubarak era a personificação desta desigualdade, entretanto um ponto merece ser destacado: o Egito teve suas relações aproximadas com os Estados Unidos, em especial devido à sua postura diferenciada na região perante Israel (analisaremos essa questão no tópico 4 desta seção). Esta postura possibilitou que o governo americano se aproximasse de seu equivalente egípcio dando apoio econômico e político. Vale lembrar que um governo na região que coopere com os objetivos e posicionamentos americanos era essencial para os EUA, o que ocorre em função da robustez de sua sociedade como um todo.

Se tratando da Líbia, as forças atuantes em sua revolução e seu antepassado nas relações exteriores tornam o país o caso mais complexo e delicado. Não só pela situação tensa entre Gaddafi e os opositores do regime, mas por uma série de medidas tomadas pelo ditador desde que assumiu o poder em 1969 através de um golpe de estado.

Da sua ascensão ao poder até os anos 80, o regime de Gaddafi foi marcado por medidas antidemocráticas que abafavam e desmantelavam movimentos contrários ao Estado, como perseguições políticas, por exemplo. Gaddafi chegou a criar um novo regime baseado em tribos, no qual elas decidiam quais deveriam ser as políticas públicas, sem o intermédio de partidos. Ao final, o poder acabava sendo centralizado em sua figura.



PUC-SP

Tratando-se da revolução, no âmbito econômico-social encontramos novamente o mesmo problema de desigualdade social. Assim como nos outros dois países, as camadas mais pobres da população por serem marginalizadas acabam sem receber as benesses da retirada das sanções das Nações Unidas no setor comercial e das exportações de petróleo. Apenas para mérito de exemplificação, até o ano passado a Líbia apresentava o melhor índice de desenvolvimento humano da África, e um PIB estimado em 2010 de US\$90 bilhões.

A revolução em si representou uma total ruptura e paralisação do país. Os rebeldes, organizados militarmente, batalharam com os apoiadores do regime de Gaddafi. A forma com que o líder tentou reprimir as manifestações obrigaram mais uma vez os países ocidentais a condenarem o ditador. Ataques à população civil, por exemplo, culminaram no posicionamento da ONU e da OTAN frente à questão.

Todos os bens de Gaddafi no exterior foram congelados e o maior expoente das sanções impostas pelas Nações Unidas ao regime foi a Resolução 1973 do Conselho de Segurança que determinava o fim imediato das hostilidades entre as partes e a formação de uma coalizão para que estabelecesse uma zona de exclusão aérea.

O Comitê Nacional de Transição (CNT) foi criado para que houvesse uma maior centralização na atuação dos insurgentes, este foi reconhecido formalmente pelos EUA como o representante legítimo da população local. Contudo, o CNT não é um órgão que atende aos requisitos mínimos de nenhum Estado ocidental para caracterizar-se como Estado.

A Síria tem características diferentes notáveis em relação as outras repúblicas árabes. O regime de Assad possui uma política externa mais coerente com a opinião pública do país; uma sociedade civil mais fraca; uma oposição fragmentada e forças armadas mais leais ao governo. Em 1970 Hafiz al-Assad tomou o governo Sírio e trouxe estabilidade ao país. Em 2000 após a morte de seu pai, Bashar al-Assad, foi aprovado por referendun popular como presidente.

É importante que ressaltar que mais do que uma questão étnica, religiosa ou geográfica a revolução pode ser vista como resultado das mudanças na base social do governo Bashar. O golpe foi possível devido a



uma união entre o partido Baath e as forças armadas, levando ao poder uma elite militar moldada por suas origens rurais. A comunidade sunita, especialmente a industrial urbana representada pela Irmandade muçulmana, deixou claro seu ressentimento com as revoluções do início dos anos 1980. Assim sendo, o regime aumentou o número de agências de inteligência para se proteger. Hafez al-Assad abusou da política externa nacionalista árabe e de sua posição como um estado de linha de frente com Israel, para obter apoio dos países do Golfo Pérsico e da União Soviética.

Com o fim da Guerra Fria o país perdeu muito desse auxílio, provocando fortes impactos na base fiscal do estado e expondo suas vulnerabilidades econômicas. A legitimidade política, derivada do "contrato social" onde o regime proporcionava alimentos e emprego para as classes média e baixa entrou em crise e os gastos do governo caíram pronunciadamente.

É importante que ressaltar que apesar de o governante fazer parte da minoria alauita, nem todos eles apoiam o governo. Os cristãos, que estão dispersos geograficamente, tem opiniões diferentes. Os Ismaelitas foram uns dos primeiros a aderir à rebelião e, também não são todos os Sunitas que são a favor dela. Mas mais do que uma questão étnica, religiosa ou geográfica a revolução pode ser vista como resultado das mudanças na base social do governo Bashar. O golpe levou ao poder uma elite militar moldada por suas origens rurais, num acordo entre o partido Baath e as forças armadas. A comunidade sunita, especialmente a industrial urbana representada pela Irmandade muçulmana, mostra claro ressentimento, o que teve como resultado a insurreição do início dos anos 1980. Com isso o regime aumentou o número de agências de inteligência para proteger-se, que através de práticas corruptas, conseguiam manter-se leais. Hafez al-Assad abusou da política externa nacionalista, como um estado de linha de frente com Israel, para obter apoio dos países do Golfo Pérsico e da União Soviética.

Com o fim da Guerra Fria o país perdeu muito desse auxílio, provocando fortes impactos na base fiscal do estado e fazendo com que suas vulnerabilidades econômicas viessem à tona. A legitimidade política derivada do "contrato social" pelo qual o regime proporcionava alimentos subsidiados e emprego para as classes média e baixa entrou em crise, iniciando então uma



política de austeridade com o congelamento dos benefícios sociais e redução do poder aquisitivo dos funcionários públicos.

Buscando consolidar o poder dentro do regime que herdou de seu pai, Bashar deslocou o comércio exterior da Síria para China, Irã, Turquia e países do golfo, tornando a Síria o quarto maior país beneficiário de investimento árabe, o que teve como resultado um alívio econômico para o regime e uma mudança significativa da base social do governo. Bashar passou a transferir suas responsabilidades de proteção social para instituições privadas e a vender de terras do Estado à novos investidores, respondendo a demandas da nova elite. Com isso, elevou-se o custo de moradia, de maneira com que houve um notável crescimento de bairros pobres na periferia das cidades.

Dessa forma, em março de 2011, em Daraa, teve início uma série de protestos que tinham como objetivo a revogação da Lei de Emergência. Esta, em vigor desde 1963, autorizava a prisão e condenação de indivíduos sem que fossem emitidos mandados de prisão ou que fossem julgados, além de proibir reuniões em espaços públicos e manifestações contra o governo.

O regime respondeu aos protestos com uma mistura de repressão e apaziguamento. Condenou os manifestantes como parte de uma conspiração estrangeira e ao mesmo tempo, autorizou a formação de novos partidos políticos prometendo novas eleições. No entanto o regime não atendeu às demandas da oposição para que Assad renunciasse. Com isso, as operações de segurança do governo para conter o tumulto e o aumento de atividades armadas da oposição resultaram em confrontos violentos entre o governo e a oposição.

Inicialmente, a classe média das principais cidades do país via Bashar como protetor da ordem, preferindo a estabilidade do regime atual ao invés dos riscos do processo de democratização, que poderiam trazer à tona uma guerra civil. No entanto, quando o regime passou a demonstrar ser incapaz de manter a segurança passou a criar desconfiança.

É evidente, portanto, que as principais insurgências na região apresentam características muito similares. Os países apresentavam uma distribuição de renda ineficiente, devido aos altos níveis de corrupção e a marginalização das camadas mais pobres da sociedade. Com a renda e o



poder político concentrado em oligarquias que apoiavam os respectivos ditadores, era evidente que houvesse regiões dentro desses países que eram negligenciadas por seus governantes, o que faz com que seja impossível para tais regiões se desenvolver e reverter essa situação.

2- Similaridades

Após apresentar características gerais que corroboraram o início das revoluções, analisaremos agora as suas especificidades nos âmbitos: econômico, político e social.

2.1 –Âmbito Econômico

Se analisarmos as Revoluções da Primavera Árabe por um prisma econômico, encontraremos a clara relação entre deterioração econômica com instabilidade política em alguns países, essencialmente no início das ondas de revoltas. Em outras palavras, não seria factual analisarmos essa revolução apenas através da condição macroeconômica da região, - crescimento do PIB ou índice de desemprego – uma vez que tais fatores que não traduzem nem garantem uma interpretação das reais condições do país. Se este crescimento for resultado de políticas que favorecem grupos específicos, em detrimento da população que mais necessita termos, ainda, um país débil e economicamente frágil. Esta fragilidade cria um ambiente propício para que movimentos oposicionistas prosperem em busca de mudanças radicais na forma com a qual a sociedade está organizada.

Estes movimentos ao almejarem a alteração do *status quo* questionam e desafiam, não só bases econômicas e condições sociais, mas também a conduta política pela qual esta economia é guiada, em especial em países autoritários, visto que estes têm personificados em seus líderes a figura do Estado altamente regulador da economia. O que traz como consequência a situação encontrada em tais sociedades, ou seja, instabilidade política.

Tanto os insurgentes na Líbia, como no Egito, na Tunísia e na Síria, viram na revolução uma forma de transformar a sociedade. Fortemente influenciados pela condição econômica e social que a maioria da população vivenciava, eles recorreram à medidas extremas e violentas, o que aconteceu



devido à grande insatisfação que a população apresentava perante suas condições sócio-econômicas.

2.2 – Âmbito Político

Além das semelhanças econômicas que acabamos de analisar, as insurgências se deram, também, no âmbito político. Na Tunísia, Ben Ali formou seu regime através de um golpe de estado em 1987; no Egito, Mubarak estava no poder desde 1981, na Líbia, Gaddafi e seus apoiadores estiveram no poder desde 1969, e na Síria o governo de Bashar al-Assad dá continuidade ao governo de seu pai, Hafez al-Assad que esteve no poder desde 1971.

Não só o longo período de tempo no poder, todos os líderes governavam ou governam seus Estados ditatorialmente, através da aprovação de leis que davam superpoderes ao executivo, possibilidade concorrer às eleições quantas vezes achasse necessário (nos casos em que haviam eleições), perseguições políticas, eleições fraudulentas, entre outros artifícios necessários para se manterem no poder.

Mas quais são as efetivas consequências de um regime político autoritário que favorece movimentos rebeldes e opositoristas? Em primeiro lugar, a inexistência de sucessão de cargos da burocracia estatal, o que dificulta a capacidade que a instituição do Estado, ou qualquer outra instituição, tem de adaptar-se às novas demandas ou características daquela sociedade. No caso destes países que apresentavam uma tradição política rígida e imutável, seus representantes e o Estado, por si só, tinham menor capacidade e habilidade para lidar com as novas reivindicações da população, fazendo com que suas políticas públicas não fossem tão eficientes como eram há 15 anos.

Outro ponto a ser destacado é a baixa complexidade, do ponto de vista de organização institucional, que estes Estados apresentam. A concentração de poder em um único indivíduo constitui uma forma política primitiva, onde se houvesse um Estado diversificado e com um número elevado de instituições políticas o papel da violência para alteração deste *status quo* seria muito menor, privilegiando a estabilidade.



Contudo, deve-se prestar atenção para o seguinte fato: estas características não originam insurgências, estas são, por sua vez, consequência da fragilidade institucional de organizações, no caso, dos Estados em questão. A rigidez ou falta de capacidade de adaptar-se somado à baixa complexidade, devido à centralização do poder, tornam as instituições suscetíveis à questionamentos. Na Revolução de Jasmim, como os Estados apresentavam grande deficiência nestes pontos, as populações clamaram por mudanças que modernizassem e evoluíssem a forma com que cada Estado funcionava. E, por decorrência, devido às características institucionais acima citadas, os Estados não conseguiram atender às demandas população, gerando instabilidade política.

2.3 – Âmbito Social

Finalmente, é necessário avaliarmos o papel do aspecto social na eclosão da revolução. Vamos considerar aqui que este aspecto contempla todos os elementos da sociedade, ou seja podemos compreendê-lo como uma junção entre aspectos políticos e econômicos.

No caso de Egito, Tunísia, Líbia e Síria observamos um hiato político. Em outras palavras, o desenvolvimento econômico do país, não só não contemplou as populações menos abastadas e mais dependentes do Estado, como este desenvolvimento não foi acompanhado por um desenvolvimento político. Isso quer dizer que, o desenvolvimento econômico por mais que tenha evoluído a sociedade, em um aspecto mais amplo, não garantiu que instituições políticas ou organizacionais fossem criadas, maximizando os benefícios e ganhos para a população.

Vemos que não foi criada uma estrutura ou burocracia que favorecesse os anseios da população, prejudicando, assim, sua condição social. Isso fez com que fossem catalisadas forças opositoras que reagiriam à esta debilidade, mais uma vez, minando a legitimidade de cada Estado.

Ainda sobre as similaridades no aspecto social, cabe ressaltar que essas revoltas, em geral, tiveram caráter essencialmente urbano, que pode ser



comprovado pela rápida urbanização, tanto no Norte da África quanto no Oriente Médio, no início do século XX.

Em virtude dos anseios que visavam a modernização, os investimentos em tais países se deram, majoritariamente, na área urbana, o que fez com houvesse uma deterioração das condições de vida na zona rural e, conseqüentemente, a transferência dos moradores de tais regiões para os centros urbanos. Essa população, que antes não tinha acesso à educação, à medida que começa a conquistar poderio econômico e social, passa a exigir uma maior cota do poder político, ou seja, colocam pressão junto das instituições existentes para que estas se abram às suas preocupações e interesses.

Vemos, com isso, os motivos pelos quais essas revoltas se deram majoritariamente no perímetro urbano, onde, em função de uma rápida modernização, novos grupos sociais passaram a reivindicar os seus interesses. Devemos também atentar para o fato e que em países como a Síria, por mais que a maioria da população insurgente seja representada por civis que se armaram para lutar contra o regime de Assad, esses são por sua vez liderados pelos desertores do Exército.

Outro ponto que desperta atenção no caso sírio é a questão religiosa. A esmagadora maioria dos militantes armados é composta por Sunitas (de diversas graduações), que representam aproximadamente 74% da população total. No entanto, a elite governante do país faz parte dos 10% da população que compõe a religião Alauíta.

Dessa maneira, não é possível dissociar os conflitos vigentes de inspirações religiosas (mesmo essa não tendo sido sua força motriz), bem como as suas conseqüências para o aumento da polarização religiosa em outros países do continente.

3- Conseqüências: Ameaças à Segurança Internacional

Após termos analisado tanto características gerais quanto específicas das revoltas, o objetivo agora é compreender quais são as conseqüências,



diretas ou indiretas destas revoluções. Consideraremos todos os aspectos acima citados, bem como todos os atores nelas envolvidos.

A situação que encontra-se atualmente nos países que tiveram ou que encontram-se em meio a insurreições não é fruto de políticas públicas tomadas nos dias de hoje, mas sim de um acúmulo de atitudes que fizeram com que a população reivindicasse melhores condições político-sociais bem como maior participação política, como vimos.

Esses sistemas políticos eram extremamente frágeis mas, uma vez que seus regimes autoritários silenciavam a população, a fragilidade do Estado passava despercebida e os países não chamavam a atenção da comunidade internacional. No entanto, a partir dos acontecimentos na Tunísia em que um jovem ateou fogo em seu próprio corpo após policiais o impedirem de comercializar nas ruas, foram catalisadas as insatisfações populares em função de um governo autoritário e corrupto. Este foi o estopim das revoluções no Norte da África que transcenderam fronteiras, atingindo o Oriente Médio. Todos os acontecimentos acabaram trazendo à tona quão frágeis eram estes regimes e quais ameaças essas revoluções poderiam trazer para a comunidade internacional.

Dentre essas ameaças estão questões de fundamental importância para a manutenção do status quo de países tanto ocidentais quanto orientais. Isso faz com que os olhos da comunidade internacional estejam constantemente voltados para essas regiões que antes consideradas, de certa forma, estáveis, hoje podem ser vistas como um barril de pólvora que merecem a devida atenção.

A questão da instabilidade interna, neste caso, tem como consequência a revolta por parte da população. Essas revoltas, por apresentarem caráter brutal e violento, fazem com que uma considerável parte da população veja na fuga para os países vizinhos uma maneira de se preservar.

3.1 – Migração

A migração, tanto interna quanto externa por ter como resultado uma certa desestabilização do sistema internacional é tida, por muitos, como um dos principais problemas a serem tratados imediatamente. O sentimento de



insegurança sentido pela população somado às prévias insatisfações face ao governo fazem com que essas comunidades busquem abrigo em países vizinhos, ou até mesmo em regiões mais seguras dentro de seu próprio país.

A busca de refúgio em países fronteiriços traz a tona duas questões distintas. A primeira refere-se aos países que já estão lidando com as suas próprias revoluções e problemas internos e são obrigados a lidar com refugiados dos países vizinhos. A segunda, por sua vez, diz respeito aos países europeus que veem a imigração provinda desta região como uma ameaça ao Tratado de Schengen, através do qual estava garantida a livre-circulação de pessoas entre países da União Européia.

Segundo a ONU, mais de um milhão de pessoas cruzaram as fronteiras da Líbia tendo como destino, principalmente, a Tunísia e o Egito. Ambos os países, na grande maioria das vezes, não são capazes de atender aos anseios dessas populações deslocadas, o que faz, então, que o problema de refugiados somente transfira-se de um país para outro, sem solução.

Além de terem como destino países próximos às suas fronteiras, as populações desamparadas veem refúgio e oportunidades de melhoria das condições de vida nos países europeus. Segundo o Al Jazira, desde Fevereiro, mais de 1400 pessoas, tendo como principal destino a Itália, morreram ao tentar atravessar o Mediterrâneo.

A questão da imigração advinda do Norte da África, por exemplo, trouxe à tona a questão da abertura das fronteiras na Europa. A França, por exemplo, havia anunciado que consideraria abandonar temporariamente o Tratado de Schengen. A atitude seria uma resposta à chegada de milhares de imigrantes que fogem das turbulências da região.

Somado à imigração externa, existe ainda aquela que ocorre dentro dos próprios países. Isso é o que tem ocorrido, majoritariamente, na Líbia em que os bombardeios entre as tropas de Gaddafi, dos rebeldes e da OTAN fizeram com que a população se encontrasse obrigada a migrar para uma região mais segura dentro de seu próprio país.

Quanto à Síria, a situação é peculiar. O país fica entre a Turquia e o Líbano. O primeiro foi, e está sendo, o palco de fundação e atuação do Conselho Nacional Sírio, podendo representar um grande polo de atração para refugiados sírios. Não só isso, a Turquia possui ambições de ingressar na



União Europeia. Considerando que nos últimos meses, a livre-circulação de pessoas na Europa foi colocada em cheque por França e Itália, por exemplo, a revolta síria pode representar um grande obstáculo às ambições turcas. Além disso, o território do país, além de ser próximo de Israel, sofre até hoje com a ocupação israelense nas Colinas de Golã, região rica em recursos hídricos. A fuga de protestantes ou refugiados vindo de Damasco ou Homs pode tornar a região ainda mais instável.

O deslocamento significativo de pessoas dentro e através das fronteiras como um resultado dessas revoluções que vemos nos dias de hoje está, claramente, abalando a estabilidade tanto dos países que sofrem a revolução quanto daqueles as quais as populações se destinam. As potências ocidentais devem, diante disso, levar em consideração em tal situação ambas as formas de imigração, a fim de que futuramente não haja um agravamento da situação gerando uma crise humanitária.

3.2 – Regimes Fundamentalistas

Além do problema da migração como uma questão de ameaça à segurança internacional, as revoluções trouxeram a tona a questão dos regimes fundamentalistas. A Primavera Árabe tem levantado sérios questionamentos sobre a possibilidade de governos democráticos na região prosperarem. No entanto, com queda dos regimes autoritários há um vácuo político nestes países que faz com haja certa desconfiança e insegurança por parte dos países ocidentais a respeito de qual tipo de regime preencherá tal vácuo.

O Egito, por exemplo, é um dos mais importantes aliados dos Estados Unidos na região, tanto em função do Canal do Suez, quanto na influência no conflito árabe-israelense, já que foi um dos únicos aliados de Israel na região. Segundo o Serviço de Pesquisas do Congresso Americano, desde 1979 o Egito tem sido o segundo país que mais recebe investimentos dos Estados Unidos. Isso ocorre pelo fato de que este país tem como principais objetivos na região o acesso ao Canal de Suez e a manutenção da paz do com Israel.

Esses são os motivos pelos quais o vácuo político se torna uma questão delicada para as potências, já que sendo esses países de maioria islâmica, a



presença de partidos políticos com orientação religiosa é marcante. A vitória da Irmandade Muçulmana e os números vultuosos de votos que os grupos radicais do Egito – Salafistas – obtiveram nas eleições parlamentares suscitaram receio nos EUA e nas minorias egípcias, como cristãos.

O espectro da Revolução dos Aiatolás em 1979 no Irã perdura até hoje nos Estados Unidos. Afinal, antes desta Revolução o governo iraniano era formado por lideranças pró-Occidentais que depois de derrubado por uma insurgência de cunho nacionalista, teve seu governo formado por fundamentalistas islâmicos. Um eventual acontecimento como este no Egito, somado à um país como o Irã que desenvolve tecnologia nuclear sem ter seus objetivos muito claros perante o resto do mundo, poderia criar condições extremamente desfavoráveis ao governo americano.

Vemos, com isso, que o regime de Mubarak contribuiu para que os objetivos de seus aliados para com a região fossem cumpridos: manteve aberto o Canal de Suez e a paz com Israel, recebendo em troca assistência para a construção da infra-estrutura do país, que em contrapartida não foi devidamente aplicada em função dos altos índices de corrupção do país. O Egito encontrava-se, então, em um quadro de crescentes insatisfações populares somado a um sentimento de que a sua política externa estava sendo deformada pelas generosidades dos países do Oeste. O poder das potências ocidentais, principalmente o dos Estados Unidos, constrangia o poder nacional egípcio ao deixar as potências livres para exercerem as influências desejadas na região.

Com isso, a lacuna deixada pela saída do ditador faz com que não só a questão dos regimes fundamentalistas seja trazida à tona como também a questão da paz com Israel. Com 90% de sua população pertencente à religião islâmica, pode-se supor que a opinião pública no Egito vá contra essa excessiva aproximação com o Estado de Israel, o que torna as chances de o regime sucessor ser contrário à essa política de aproximação considerável, tornando a transição política no Egito uma fonte de instabilidade na região.

Sem a ameaça de guerra com o Egito, Israel injetou centenas de milhares de israelenses em assentamentos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, invadiu duas vezes o Líbano, declarou sua capital Jerusalém além de ter bombardeado o Iraque e a Síria. Vemos, assim, que o regime de Mubarak foi

fundamental no estabelecimento de uma ordem regional – de acordo com interesses ocidentais – uma vez que facilitou o acesso ao petróleo aos EUA e países europeus, ofereceu apoio político à Israel bem como impediu que países da região se tornassem demasiado dominantes.

Como vimos, as revoluções que analisamos não apresentaram um caráter puramente religioso, uma vez que atingiram diversos setores das sociedades, independente da orientação religiosa. No entanto, o vácuo político deixado pelos governantes pode ser visto como fator favorável pelos partidos fundamentalistas, que veem em tal lacuna, uma oportunidade de aplicar suas doutrinas. E, uma vez no poder, esses regimes poderiam criar instabilidade na região, oferecendo ameaças consideráveis à segurança internacional.

3.3 – Questões Econômicas: fornecimento de Petróleo

Além de questões de caráter político, as revoluções que vemos atualmente trazem à tona questões de caráter econômico, como por exemplo, àquelas ligadas ao fornecimento de petróleo. A produção dos países da região somados às do Oriente Médio representam quase a totalidade da extração dos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo). Dos dez países com as maiores reservas de petróleo, seis estão localizados na região dos conflitos. Sendo assim, as revoltas na região fazem com que se torne instável a produção e o fornecimento de uma das principais commodities do mundo.

Os Estados Unidos e os outros países da OTAN, que hoje dizem apoiar os regimes democráticos e a saída dos ditadores, foram a base de sustentação de tais governantes. Isso se deu em nome da estabilidade no contexto regional em função da garantia que o fornecimento de petróleo se mantivesse, uma vez que eles dependiam fortemente da matéria prima advinda dessa região. Tais revoluções estão levando os países da região a aumentarem os gastos sociais, em função da geração de empregos e manutenção da segurança para manter a estabilidade, por exemplo. No entanto, o custo de tal estabilidade se reflete no aumento da cotação do preço do petróleo, o que ameaça a demanda dos países ocidentais.



Nos países precursores das revoltas, a Tunísia e o Egito, a produção de petróleo não é, em verdade, uma das principais fontes de renda. Contudo, o impacto das revoltas se faz claramente neste escopo. No Egito, por exemplo, o risco do fechamento do Canal de Suez devido à generalização dos conflitos internos e o medo de um possível embate com Israel, mesmo que sendo possibilidades remotas, já influíram, consideravelmente, na cotação do barril no início da revolução.

Mesmo que a produção em tais países não seja considerada como peça chave do sistema de produção de petróleo os conflitos geraram instabilidade no comércio internacional. A Líbia, por exemplo, é um dos maiores exportadores de petróleo, e a paralisação da produção – mesmo que parcial – em função dos conflitos, incidiu de maneira muito mais alta sobre a cotação do preço petróleo.

Somada às questões sociais, as questões econômicas apresentam um forte caráter de instabilidade tanto regional quanto mundial. As questões internas dos países da região fazem com que o preço do petróleo flutue o que, por sua vez, afeta a demanda e a estabilidade dos países ocidentais que dependem de tal matéria-prima.

4 – Contradições do Conselho de Segurança

Desde o final da Guerra Fria, o Conselho de Segurança se viu diante de uma crise de identidade. Alguns fatores auxiliaram na reconfiguração dos objetivos e da funcionalidade do Conselho. Os conflitos travados na África e Europa na década de 90 fizeram com que o Conselho se reaproximasse de seus ideais iniciais de zelo pela paz em seu sentido estrito. Mas, em contrapartida essas intervenções militares da ONU em Ruanda, na Somália e na Bósnia, não foram realizadas de maneira fácil no que diz respeito à aprovação e condução das missões.

Em todos os casos, os de intervenção e os de não-intervenção, como por exemplo, no Sudão, as decisões variavam entre dois cenários extremos: o da não-intervenção e o da responsabilidade de envolver a sociedade internacional em um papel de grande responsabilidade. De maneira geral todas as ações do Conselho tentaram seguir um meio-termo, o que em alguns casos



acabou por se mostrar como algo incipiente e posteriormente de enfraquecimento.

O caso da Bósnia ilustra bem esse cenário, a demora do Conselho em tomar medidas eficazes fez com que o mesmo fosse deixado para trás com uma imensa missão da OTAN na região. Depois disso vimos um grande fortalecimento da OTAN, o que de certa forma, obrigou uma aproximação por parte do Conselho dessa organização, levantando uma problemática já discutida acima.

Já o caso da Somália apresentou outros problemas. A missão humanitária na região liderada pelos EUA perdeu o foco humanitário por diversas vezes, caracterizando-se por várias intervenções cirúrgicas propostas pelo exército americano, o que não teve nenhum valor atenuante para o conflito.

Diante disso vemos que a decisão do Conselho relativa a conflitos considerados internos a um país é marcada, historicamente, por imprecisões e posicionamentos contraditórios. O que nos mostra as dificuldades do Conselho em lidar com sua própria estrutura e como consequência disso, de não conseguir atingir o seu objetivo de promoção da paz. Fica claro que o cenário internacional atual, demanda do Conselho um novo mecanismo de ação que não se foque somente na agressão interestatal, mas que também consiga lidar com Através de seu secretariado, a ONU destaca alguns pontos que devem ser tratados com atenção específica. Segundo a organização, os temas que se seguem devem ser abordados com maior precaução, visto que mesmo sendo conflitos locais, apresentam ameaças a segurança internacional.

PARTE IV - Posicionamento e Decisões da Sociedade Internacional Globalizada

A presente sessão tem como objetivo situar o leitor frente ao posicionamento de países, organizações internacionais e instituições relevantes ao melhor entendimento dos conflitos em questão. Esperamos que, tanto através da leitura das informações aqui disponibilizadas, quanto de publicações oficiais presentes a seguir, o delegado possa embasar o seu



PUC-SP

discurso em argumentos e posições objetivas e realistas, cruciais para o sucesso das discussões dessa simulação.

1 - Preocupações e Pontos de Atenção na Região

Através de seu secretariado, a ONU destaca alguns pontos que devem ser tratados com atenção específica. Segundo a organização, os temas que se seguem devem ser abordados com maior precaução, visto que mesmo sendo conflitos locais, apresentam ameaças a segurança internacional.

Primeiramente, a grande preocupação em relação aos fluxos migratórios na região se mostra como uma das questões principais que merecem atenção. Meses depois do início das revoltas tanto na região do Magrebe quanto no Oriente Médio, é inevitável que as populações residentes em tal região tendam a se refugiar em áreas mais estáveis. No auge dos protestos na Tunísia, por exemplo, muitos tunisianos migraram para a Itália, devido a proximidade entre os dois países, especificamente para a Ilha de Lampedusa. O fluxo de imigrantes foi tamanho que o Estado italiano pediu ao bloco da União Européia que intervisse na questão para auxiliá-lo.

Uma situação semelhante pode ser encontrada após os protestos na Líbia, onde milhares de refugiados migraram para a zona fronteira com a Tunísia visando proteção e estabilidade. As estimativas sobre o número de refugiados que será atingido este ano e, obviamente, todas as complicações consequentes deste fenômeno fizeram com que a ONU declarasse o ano de 2012 como o ano dos refugiados, provando, de certa maneira, a preocupação e as proporções que este problema pode gerar.

No caso sírio, de maneira similar, segundo estimativas nacionais, até o início de março, mesmo o governo repressor tendo tomado medidas para conter os fluxos, como por exemplo, a implementação de minas terrestres do lado sírio da fronteira, mais de 14.000 refugiados do país já teriam adentrado o território turco. Não só a Turquia, mas o Líbano é também tido como destino para os refugiados sírios. Estima-se que em março, mesmo após a explosão da ponte que ligava os dois países em Hirak, o número de refugiados sírios no Líbano superou 2.000.



Outro ponto destacado pelas Nações Unidas se refere às condições de vida dos indivíduos que vivem nas regiões de conflito, o objetivo é garantir que as condições não se deterioreem a níveis alarmantes como, por exemplo, assegurar à população, o fornecimento de alimentos e água. O descongelamento de recursos financeiros dos países em questão, assim como de seus líderes é visto pela ONU como essencial para a reconstrução dos países após o término dos conflitos. Nesse aspecto a comunidade europeia assim como os Estados Unidos desbloquearam no ano passado o dinheiro principalmente líbio, que era mantido por Gaddafi fora do país com o objetivo de viabilizar de forma mais eficiente o período de transição efetuado pelo CNT.

Finalmente, existe a clara preocupação com a escalada da violência nos conflitos. A indefinição política deixada, tanto por Ben-Ali, Mubarak, Gaddafi e, possivelmente por Assad, fazem com que a sociedade organize-se novamente para determinar seu regime político, leis e, claro, líderes.

O clima de instabilidade vivido nos países desde o começo de 2011 somado à possível divergência entre estas novas forças políticas em ascensão sobre, por exemplo, a formulação da constituição do país, pode corroborar para a eclosão de uma nova guerra civil. Esta preocupação se deve à exemplos históricos como a Angola, onde após o processo de independência, o país mergulhou numa guerra civil entre as forças que a tornaram possível. O receio é que esta situação se repita também nesses países e, para que isto seja evitado, o auxílio das nações que contribuíram para a queda dos déspotas nos países da região é fundamental. Dessa forma, as Nações Unidas tentam chamar a atenção da comunidade internacional para a questão, evitando, assim, uma eventual disputa desmedida por poder. Lembrando que este auxílio deve amparar a transição nos países, não controlá-la.

Em linhas gerais, os contextos acima apresentados podem ser aplicados nos países nos quais os conflitos foram deflagrados. No caso do Egito, a ONU observa com mais cuidado, como anda o processo de redemocratização, assim como na formulação da nova constituição.

Devemos no entanto, atentar-nos para o fato de que a Síria possui uma relevância consideravelmente superior do que os outros países para a estabilidade de sua região, especialmente no que concerne as relações com o Líbano, Iraque, Jordânia e Israel. Acredita-se que este último, seu inimigo,



pode estar ameaçado se o governo sírio, de alguma forma, encorajar ataques ao país através de militâncias palestinas ou do Hezbollah. O Irã, por sua vez, possui a Síria como seu único aliado na região, além de ter sua elite política composta da minoria Alauíta, que, no decorrer do tempo, pode se deparar com resistências da oposição Sunita do país, de maneira similar como ocorreu na Síria.

Em suma, a ONU está disponibilizando diversas de suas agências internas para ajudar tais países, bem como a Liga Árabe esforça-se para a solucionar o conflito na Síria. Ambas almejam criar um consenso em relação à questão, de maneira que as missões da ONU ficassem mais coesas e, a opinião dos países membros dessas organizações, mais claras. Isso teria como resultado uma participação mais eficaz e eficiente das organizações tanto na reconstrução dos países quanto no auxílio aos civis dos países do Norte da África e do Oriente Médio.

2 - Posicionamento do Conselho de Segurança

Como já foi mostrado ao longo deste guia, o ativismo do Conselho de Segurança é notório nas últimas duas décadas. Em parte, tal constatação também se deve devido à ampliação na agenda de segurança internacional, que passou a englobar novos temas, tais como meio ambiente e segurança humana, como foi enunciado na Parte I deste Guia.

A idéia de que a função do Conselho de Segurança não deveria ficar restrita às ameaças interestatais, passando a se preocupar com as condições sociais, econômicas e políticas foram fundamentais para culminar neste maior ativismo. Além disso, a maior interconectividade entre os países, após o final da Guerra Fria, construiu um racional onde instabilidades internas transbordam suas fronteiras e passam a influir no sistema internacional.

É desnecessário dizer o quanto tal concepção influencia no posicionamento do Conselho de Segurança na questão das atuais revoltas. Portanto, passamos agora a descrever qual foi o posicionamento do Conselho de Segurança frente a questão e suas consequências.

Quanto ao Egito e a Tunísia, por exemplo, o Conselho de Segurança não chegou ao ponto de emitir uma resolução para que medidas fossem tomadas pela comunidade internacional no ápice da instabilidade. Nestas



situações houve a preocupação de possíveis desrespeitos aos direitos humanos na região, embora, como dito acima, não foram formuladas políticas formais para tratar o tema.

Já na Líbia, na segunda quinzena de fevereiro de 2011, em Benghazi, ocorreram prisões de ativistas de direitos humanos por parte do regime de Gaddafi, gerando protestos para suas solturas. Estas manifestações foram reprimidas com violência e manifestantes foram mortos. Logo o clima de instabilidade tomou conta de outras cidades do país. A princípio o ditador líbio pregava a participação da Al-Qaeda nos protestos, entretanto, conforme Gaddafi respondia desproporcionalmente e cruelmente às manifestações, a atenção da comunidade internacional voltava para seu país.

Em 26 de fevereiro foi feita a Resolução 1970, baseada na crescente preocupação com a situação no país, no desrespeito à população líbia e na resolução do Conselho de Direitos Humanos (S-15/1), sobre a sistemática supressão destes direitos. A resolução demandava a cessão completa das hostilidades do Estado líbio frente à sua população e ainda firmava um embargo de armas, onde era proibido para qualquer membro da ONU de comercializar ou fornecer direta ou indiretamente armamento ao regime ditatorial. Ela também determinava que os bens de Gaddafi e apoiadores fossem congelados, impossibilitando assim que estes pudessem acessá-los e, por fim, proibia viagens do ditador e familiares para fora do país. Vale lembrar que esta resolução passou com unanimidade pelo Conselho de Segurança.

Não demorou muito para que a comunidade internacional reconhecesse a falta de cooperação por parte do estadista líbio e, assim, foram tomadas novas medidas, desta vez mais efetivas e duras.

Neste contexto foi promulgada a Resolução 1973. Nela constava a obrigação do governo líbio em estabelecer um cessar fogo imediato, convocava os países membros da ONU à tomarem todas as medidas necessárias, isto é, liberando o uso de força militar para estabilizar a região e, criava uma zona de exclusão aérea.

Ao longo do conflito houve a formação do Conselho Nacional de Transição, organização dos rebeldes que pregava ser o representante legítimo do povo líbio. A condenação do ditador perante o Tribunal Penal Internacional e ainda o reconhecimento por parte de alguns países e organizações



internacionais da legitimidade do CNT contribuíram para o isolamento internacional de Gaddafi. Conforme o combate se estendia, o embargo de armas à Líbia e a presença da OTAN no país deram uma vantagem decisiva para os rebeldes, acabando por assegurar o controle da capital e bastião do regime autoritário, Trípoli.

Já no que concerne o caso sírio, a comunidade internacional fez inúmeros apelos para que o Conselho de Segurança aprovasse uma resolução que estabelecesse sanções ou até mesmo uma ação militar contra o governo sírio em função das constantes repressões e violações dos direitos humanos dos manifestantes. Contudo, Rússia e China tem suas posições claras e, se colocam contrários à resolução, uma vez que a Síria é um importante aliado de ambos na região.

No dia 21 de março de 2012, no entanto, foi aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas uma declaração presidencial apoiando os esforços de Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU, para tentar resolver a crise no país. O plano inclui o fim imediato da violência e o estabelecimento de assistência humanitária para as vítimas de repressão. Tradicionais defensores de Assad no Conselho de Segurança – Rússia e China – se posicionaram a favor da declaração presidencial, que não possui o caráter mandatário de uma resolução, tem função apenas de recomendação.

Desta forma, vemos que o apoio de Moscou e Pequim à declaração demonstra que a comunidade internacional conseguiu chegar a um parcial consenso sobre o plano para lidar com a crise síria. E, fica evidente que, se não cooperar, Assad poderá perder o apoio fundamental de seus principais aliados no Conselho de Segurança da ONU.

Vemos, desta forma, que a indefinição do futuro político dos países norte-africanos, assim como a extensão dos conflitos no Oriente Médio, despertaram no ocidente um receio quanto à proliferação de grupos extremistas sejam eles paramilitares ou de cunho fundamentalista, devido a possíveis fraquezas no que diz respeito à representatividade contida nos novos regimes que estarão por se formar, por exemplo. Obviamente o processo de redefinição dos regimes políticos não será fácil. Apenas em linhas gerais podemos observar, por exemplo, a situação no Egito. O adiamento das eleições para presidente e a forte presença do exército neste período de

transição compromete a pacificação no país e preocupa a comunidade internacional.

Além disso, os interesses das nações ocidentais na Líbia sobre o petróleo – principal recurso mineral e econômico do país – geram uma preocupação de como este recurso pode ser usado como arma política nas mãos de um governo extremista ou contrário às nações ocidentais, podendo aproximar o país de organizações terroristas ou de Estados considerados perigosos como o Irã, por exemplo. O cumprimento de contratos de exploração firmados entre o país, na era Gaddafi, com outras nações européias, como Itália e França é algo que preocupa estadistas e pode representar mais uma fonte de instabilidade e violência.

Em suma, o papel desempenhado pelo Conselho de Segurança é de grande relevância para o desenrolar dos acontecimentos em questão. Além disso, tais questões apresentam como uma oportunidade para o mesmo de superar as suas dificuldades internas e desafios atuais, a fim de liderar o processo rumo à melhor resolução possível para os conflitos em questão.

3 - Posicionamento de Outros Organismos e Arranjos Internacionais

Em primeiro lugar, em meio aos conflitos ocorridos na Líbia o G8, grupo dos oito países detentores das maiores economias do planeta, adotou uma posição de apoio às revoluções que estavam ocorrendo no país.

Em anúncios feitos à imprensa durante a reunião da cúpula, os líderes dos países membros (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido, Estados Unidos e União Européia) afirmaram que "Gaddafi e o governo líbio fracassaram em sua responsabilidade de proteger a população líbia e perderam toda a legitimidade". Na mesma ocasião, os líderes de alguns desses países expressaram convicção de que o conflito seria vencido pelos rebeldes, como disse o primeiro ministro britânico David Cameron aos jornalistas "Estamos entrando em uma nova fase. Há sinais de que a pressão contra Gaddafi está funcionando".

Os líderes do G8 anunciaram, além disso, um programa de ajuda de US\$ 20 bilhões do Banco Mundial para apoiar as reformas políticas e

econômicas no Egito e na Tunísia nos próximos dois anos. "A democracia pavimenta o melhor caminho para a paz, a estabilidade, a prosperidade, o crescimento compartilhado e o desenvolvimento", declararam os líderes após encontro com os premiês dos dois países árabes. Sarkozy acrescentou, na mesma ocasião, que países do Oriente Médio e do norte da África podem receber outros US\$ 20 bilhões de países do golfo Pérsico.

Tais comunicados deram fôlego às manifestações no Oriente Médio, de forma que no mesmo mês o então presidente do CNT, Mustafa Abdeljalil anunciou que "Gostaria de saudar a posição adotada pelo G8", insistindo que "nenhuma negociação é possível antes da renúncia (de Gaddafi) e de seu regime".

Os relatórios oficiais expedidos no encontro claramente trataram do assunto como um tema relevante a respeito da paz e segurança mundial. O documento G8 Declaration: Renewed Commitment for Freedom and Democracy - Deauville, May 26-27, 2011 (released on May 27, 2011) expressa, mais especificamente no capítulo VII, destinado à discussão sobre a paz e segurança internacional, a clara preocupação em relação à proliferação de armas de destruição em massa, ao terrorismo, ao tráfico de drogas e aos conflitos nos países árabes, como vemos nos seguintes parágrafos:

64. We demand the immediate cessation of the use of force against civilians by the Libyan regime forces as well as the cessation of all incitement to hostility and violence against the civilian population. In that regard, we take note of actions undertaken by UN Member States to implement fully UNSCRs 1970 and 1973. We stress the need to hold to account those responsible for attacks on civilians. These criminal actions will not go unpunished. We welcome the work of the International Criminal Court in investigating crimes in Libya and note the Chief Prosecutor's request on 16 May for three arrest warrants. Gaddafi and the Libyan government have failed to fulfil their responsibility to protect the Libyan population and have lost all legitimacy. He has no future in a free, democratic Libya. He must go.

65. We are committed to supporting a political transition that reflects the will of the Libyan people. We recall our strong commitment to the sovereignty, independence, territorial integrity and national unity of Libya. We stress the central role of the Secretary-General's Envoy to Libya, Mr Al-Khatib, in



facilitating an inclusive and lasting political solution, based on the legitimate demands of the Libyan people and taking into account the role of regional organisations, the League of Arab States and the African Union. We recognise the initiatives undertaken by the members of the Contact Group on Libya. We welcome the Interim National Council's "Road Map on Libya" as an important contribution to the transition process which has to be Libyan-led. We reiterate the central role of the UNSC in accordance with the UN Charter.

66. We are appalled by the deaths of many peaceful protesters as a result of the sweeping use of violence in Syria as well as by repeated and serious violations of human rights. We call on the Syrian leadership to immediately stop using force and intimidation against the Syrian people and to respond to their legitimate demands for freedom of expression and universal rights and aspirations. We also call for the release of all political prisoners in Syria. Only the path of dialogue and fundamental reforms will lead to democracy, and thus to long-term security and prosperity in Syria. Should the Syrian authorities not heed this call, we will consider further measures. We are convinced that only by implementing meaningful reforms will a democratic Syria be able to play a positive role in the region.

93. We stress the necessity to avoid duplications in our peacekeeping/peacebuilding actions and to pool our efforts and encourage to that end the implementation of an enhanced capacity-building coordination mechanism in partnership with the United Nations. We support the development of initiatives on the reinforcement of international civilian capacities in post-conflict situations and commit to enhance the recruitment, training and deployment of experts in this regard.

Vemos, através dessa ação do G8, que há uma forte preocupação da comunidade internacional no que concerne os conflitos no norte da África e no Oriente Médio. Isso evidencia que outros arranjos de governança também devem ser levados em consideração no que diz respeito às ações que devem ser tomadas em relação às revoluções. Deve-se levar em conta que a posição dos países membros do G8 – detentores das maiores economias mundiais – é de extrema relevância para o desfecho dos acontecimentos nos países árabes. Dessa forma, a perda da legitimidade desses regimes contra os quais os

países membros do G8 se posicionam viabiliza ações para a deposição dos líderes políticos em questão.

Além do G8, outro organismo internacional deve ser destacado, vista sua extrema importância na Síria nos eventos dos últimos meses é a Liga Árabe. A atenção da comunidade internacional se voltou para a Síria em função das constantes e violentas repressões do governo aos manifestantes de maneira com que a organização foi impelida a se pronunciar frente ao tema.

Em janeiro deste ano, a Liga Árabe suspendeu uma missão na Síria que tinha como objetivo avaliar a forma como o regime tem Bashar al-Assad tem reprimido as revoltas devido ao aumento da violência no país. No entanto, em março de 2012 uma nova missão foi aprovada para avaliar as necessidade humanitárias do país, uma vez que organizações não governamentais queixam-se da dificuldade para ajudar as vítimas dos confrontos.

Além disso, apesar de aliado da Síria, a Rússia tenta mostrar comprometimento à comunidade internacional no que concerne a questão das violentas repressões no país. Diante disso, em março deste ano, a Rússia e a Liga Árabe fecharam um acordo frente à situação síria. Tal acordo tem como principais objetivos o fim da violência; a supervisão do cessar-fogo; não-intervenção estrangeira; o acesso de ajuda humanitária e; apoio à missão do enviado especial da ONU da Liga Árabe, Kofi Annan. A iniciativa visa não só diminuir a pressão internacional na Rússia após seguidos vetos em resoluções intervencionistas pela Rússia, como mostrar que a Liga Árabe está consciente da gravidade da situação no território sírio.

Para concluir, a OTAN – Organização do Tratado do Atlântico-Norte – teve papel fundamental no conflito líbio. Após inúmeras discussões, a Organização liderou a força internacional para o cumprimento da Resolução 1973, que tinha como objetivo a constituição de uma zona de exclusão aérea. A partir deste momento começou a discutir-se o papel da Organização do Atlântico Norte na região, se ela era guiada, realmente, por anseios humanitários visando a consolidação dos direitos humanos ou se era movida pelos seus Estados integrantes.

De qualquer forma, enquanto que para os rebeldes este auxílio representava uma grande vantagem frente as forças do ditador, para Gaddafi, as intervenções da organização eram justificadas pelo interesse em explorar os



recursos líbios, em especial, o petróleo. A constante afirmação do ditador que os rebeldes representavam um retrocesso para Líbia visto que estes eram controlados por potências ocidentais, representantes do imperialismo ocidental, foi um mecanismo retórico recorrente do líder líbio.

Para concluir, vimos que através do G8, da Liga Árabe e da OTAN, outros arranjos internacionais que não somente os próprios Estados, enquanto atores singulares, têm papel fundamental no que concerne as decisões a serem tomadas frente aos conflitos sobre os quais nos encontramos atualmente.

PARTE V – Sessão Especial

O objetivo desta Seção Especial reside na constatação de que, em virtude das mudanças no cenário internacional, seja extremamente relevante o debate em torno da configuração da estrutura de poder vigente e o questionamento da mesma. Desta forma, propomos aos delegados a experiência de atuar em uma discussão do Conselho de Segurança que tem como diferencial a melhor adaptação das regras deste órgão à atual conjuntura internacional.

O Conselho de Segurança é o único órgão capaz de adotar medidas de caráter decisório, que determinem obrigações para todos os Estados-membros da ONU. Sendo responsável por questões que dizem respeito à segurança internacional, suas medidas incluem desde sanções econômicas até intervenções militares.

Criado em função dos anseios das potências vencedoras da 2ª Guerra Mundial, a configuração do Conselho de Segurança era reflexo da ordem mundial vigente naquele momento. Apesar de inúmeras propostas de reforma, tal configuração vigora até hoje e conta com a presença 10 países de caráter rotativo e 5 de caráter permanente e com poder de veto: China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia.

Na metade do último século notamos, no entanto, uma crescente mudança no cenário internacional, tanto em âmbito político quanto econômico, como a consolidação da União Européia como bloco e a emergência de novos

países como potências econômicas, respectivamente. O Conselho de Segurança, uma vez que trata de questões de fundamental importância para o sistema internacional, aquelas que se referem à segurança e à sobrevivência dos Estados, deve acompanhar as mudanças refletidas em tal cenário, de modo fazer com que as decisões tomadas sejam coerentes com a ordem vigente.

Como consequência desta configuração, vemos que as decisões tomadas por tal órgão não eram feitas de maneira democrática. Em outras palavras, as potências vencedoras da guerra tinham papel – fundamental no processo decisório, de forma que, através do poder veto podiam julgar como relevantes ou não as questões analisadas.

Desta forma, ao analisarmos a configuração do Conselho de Segurança do pós-guerra em contraste com a nova ordem mundial vimos a necessidade de adaptar uma seção deste Comitê às mudanças ocorridas no cenário internacional. Propomos então, uma nova configuração do Conselho que tem essa adaptação à ordem vigente como principal objetivo, além de estabelecer um Conselho com uma proposta mais democrática que a presente.

Para tal estruturamos a Sessão Especial do Conselho de Segurança da seguinte forma, as cadeiras da França e Inglaterra serão unificadas numa cadeira que representará a União Européia, a mesma terá poder de veto. Teremos três países que terão poder de veto sozinhos, Estados Unidos, Rússia e China. O quinto veto será constituído por uma posição consensual entre todos os membros móveis do Conselho. Tal sistema permitirá que todos os países possam ter suas decisões levadas em conta quando o mesmo fizer parte do quadro móvel. Lembrando que os países pertencentes à União Européia que estiverem como membro móvel votarão na cadeira da União Européia e não na dos membros móveis.

Acreditamos que assim o debate gerado para obtenção de uma resolução do Conselho seja extremamente enriquecedor e reflita melhor o novo cenário internacional, democratizando assim o Conselho, mas, ao mesmo tempo mantendo um equilíbrio necessário para que o mesmo não se engesse com diversas posições conflitantes.



PARTE VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINS, Alan. *Contemporary Security Studies*. Oxford University Press, 2007.

HUNTINGTON, Samuel. *Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. EDUSP, São Paulo, 1975.

LIPSET, Seymour. *O homem Político*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

NASSER, Reginaldo Mattar. *Os Conflitos Internacionais em Múltiplas Dimensões*. São Paulo: Editora Unesp.

NASSER, Reginaldo Matar. *Novas Perspectivas sobre os Conflitos Internacionais*. São Paulo: Editora Unesp.

NIZAR, Messari; NOGUEIRA, João Pontes. *Teoria das Relações Internacionais*. 1ª Edição. Editora Campus, Grupo Elsevier, 2005.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo*. 2ª edição. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2010.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2007.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. *Regions and Powers*. Cambridge Press. 2004.

WILLIAMS, D. Paul. *Security Studies: An Introduction*. Routledge Press. 2008.

SAROOSHI, Dan. *The security council's authorization of regional arrangements to use force: the case of NATO*. In. *The United Nations Security Council and War*. Oxford University Press. 2008.

Divisão da África III do Ministério das Relações Exteriores, Itamaraty.
<http://www2.mre.gov.br/deaf/daf3.htm> - Último acesso em 06/09/2011.





PROJETO, CENÁRIOS



PUC-SP